

	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	Processo SEI nº 11321/2022
---	---	-----------------------------------

Pregão Eletrônico nº 28/2022		Data de Abertura: 20/10/22 às 10:00 no sítio www.gov.br/compras	
Objeto			
Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fornecimento de mão de obra das Categorias (I)Motoristas de Carro Pesado,(II) Garçons, (III)Recepcionistas, (IV)Ascensoristas, (V)Motoboys, (VI)Artífices, (VII)Eletricista de Alta Tensão, (VIII)Copeiros, (XI)Sonoplasta, (X) Apontador Geral, (XI)Assistente Administrativo, (XII)Auxiliar de Saúde Bucal e (XIII)Técnico de Enfermagem, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.			
Valor estimado (Total Geral)			
- R\$3.259.286,04 (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil duzentos e oitenta e seis reais e quatro centavos)			
Registro de Preços?	Vistoria Técnica do TCE	Instrumento de Celebração	Forma de Adjudicação
NÃO	Facultativa	Termo de Contrato	GLOBAL
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA SEÇÃO XII) *			
Requisitos Básicos: <ul style="list-style-type: none">- Sicafe ou documentos equivalentes- Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)- Certidão do Portal da Transparência- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST)- Balanço patrimonial e DRE- Declaração de contratos firmados- Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperaçãojudicial ou recuperação extrajudicial- Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1- Capital circulante líquido maior ou igual a 16,66% do valorproposto- PL maior ou igual a 10% do valor da proposta- PL maior ou igual a 1/12 do valor total de contratos firmados		Requisitos Específicos: <ul style="list-style-type: none">- Atestado de capacidade técnico-operacional- Experiência mínima de 3 (três) anos em serviços terceirizados	
* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.			
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Prazo para envio da proposta/documentação			
Até 03 hora (s) após a convocação realizada pelo (a) pregoeiro (a).			
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações	
Até 18h do dia 17/10/2022 para o endereço: cpl@tce.am.gov.br		Até 18h do dia 17/10/2022 para o endereço cpl@tce.am.gov.br	
Observações Gerais			
A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) sobre o valor global.			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do TCE/AM pelo endereço www.gov.br/compras, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "925459". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço www.tce.am.gov.br, opção Licitações e contratos do TCE/AM.



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM e este Pregoeiro, designado pela Portaria nº 149/2022-GPDRH, de 10 de fevereiro de 2022, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto nº 7.892/2013, do Decreto n.º 10.024/2019, da Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 20 de outubro de 2022

HORÁRIO: 10h00 (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 925459

SEÇÃO I – DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fornecimento de mão de obra das Categorias (I)**Motoristas de Carro Pesado**, (II) **Garçons**, (III)**Recepcionistas**, (IV)**Ascensoristas**, (V)**Motoboys**, (VI)**Artífices**, (VII)**Eletricista de Alta Tensão**, (VIII)**Copeiros**, (XI)**Sonoplasta**, (X) **Apontador Geral**, (XI)**Assistente Administrativo**, (XII)**Auxiliar de Saúde Bucal** e (XIII)**Técnico de Enfermagem**, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.
 - 1.1. Compõe o objeto, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos e materiais necessários à execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos anexos deste Edital.
 - 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2. A despesa anual com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$3.259.286,04 (três milhões duzentos e cinquenta e nove mil duzentos e oitenta e seis reais e quatro centavos) conforme o orçamento anexo.





SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3. Poderão participar deste **Pregão** as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

3.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCE-AM responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. Não poderão participar deste **Pregão**:

4.1. empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o TCE-AM, durante o prazo da sanção aplicada;

4.2. empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

4.3. empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

4.4. empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

4.5. empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

4.6. quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

4.6.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

4.7. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.8. empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;

4.9. empresário que se encontre em processo de dissolução, falência, fusão, cisão, ou incorporação;

4.10. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;





- 4.11. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 4.12. cooperativa de mão de obra, conforme disposto no art. 5 da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012.

5. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, **licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional**, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, **em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação** em consequência do que dispõem o arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

- 5.1. A **licitante optante pelo Simples Nacional**, que, porventura venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- 5.2. Caso a **licitante optante pelo Simples Nacional** não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- 5.3. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

SEÇÃO IV – DA VISTORIA

6. As **licitantes** poderão vistoriar o(s) local(is) em que serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de se inteirar das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à Secretaria-Geral de Administração do TCE-AM, pelo telefone (92) 3301-8176, limitado a um interessado por vez.

- 6.1. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as **licitantes** não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste procedimento licitatório.





SEÇÃO V – DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7. A **licitante** deverá encaminhar proposta, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

- 7.1. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor global anual da proposta**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 7.2. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 7.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- 7.4. A **licitante** enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 7.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

8. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

- 8.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 8.2. Até a abertura da sessão pública, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhados.
- 8.3. O **Pregoeiro** deverá suspender a sessão pública do **Pregão** quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.
 - 8.3.1. Após a suspensão da sessão pública, o **Pregoeiro** enviará, via *chat*, mensagens às **licitantes** informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

9. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

- 9.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.





SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
11. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
12. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
14. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

15. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
16. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
17. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
18. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
19. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
20. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
21. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
22. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
23. Neste **Pregão** o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 23.1.** A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 23.2.** O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 1.000,00 (um mil reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

SEÇÃO IX – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

24. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

- 24.1.** a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;
- 24.1.1.** Caso a **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.
- 24.2.** não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 24.3.** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
- 24.4.** a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;





- 24.5. na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

SEÇÃO X – DA NEGOCIAÇÃO

25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **Pregoeiro** deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

- 25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SEÇÃO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

26. A **licitante melhor classificada** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do **Anexo III do Termo de Referência – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços**, em arquivo único, no prazo de 03 (três) horas, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.

- 26.1. A proposta de preço deverá conter, ainda, os seguintes documentos:

- 26.1.1. GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) da **licitante**.
- 26.1.2. Memória de cálculo detalhada que contenha a metodologia e fórmulas adotadas pela **licitante** para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes da planilha de composição de custos e formação de preços do posto de serviço envolvido na contratação, **devendo** ser utilizado como modelo o **Anexo IV do Termo de Referência**.
- 26.1.3. No item de custo “**Ferramentas/Equipamentos**” (somente para os cargos de artífice, eletricista e apontador), a **licitante** deverá considerar na sua composição de preço, a relação obrigatória de ferramentas e equipamentos descrita nos **Anexos I e II do Termo de Referência**.
- 26.1.4. No item de custo “**Uniformes/EPI**” (todos os cargos), a **licitante** deverá considerar na sua composição de preço, o padrão de uniformes discriminados no **Anexo V do Termo de Referência**.
- 26.1.5. Nos item de custo “**Equipamentos**” (para o cargo Motociclista Entregador), a **licitante** deverá considerar na sua composição de preço o custo da depreciação mensal do bem novo (motocicleta) ou valor equivalente de locação, e o custo da manutenção mensal do bem



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(motocicleta), conforme orientações constantes no **Termo de Referência**.

- 26.1.6.** Nos itens de custo “**combustível**” (somente para o cargo Motociclista Entregador), a **licitante** deverá considerar na sua composição de preço o consumo mensal de **80 (oitenta) litros de gasolina**, conforme discriminado no **Termo de Referência**.
- 26.1.7.** Os valores os itens de custo, “ferramentas”, “uniformes/EPI”, “motocicleta” e “combustíveis” considerados no orçamento da Administração, foram baseados em pesquisas de mercado.
- 26.2.** Se a memória de cálculo ou o documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) da **licitante** não forem enviados concomitantemente à proposta, o **Pregoeiro** poderá fixar prazo para a sua apresentação.
- 26.3.** Tendo em vista as peculiaridades desta contratação, apresentam-se os esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais **deverão ser observados pelas empresas licitantes** quando da elaboração de suas propostas de preços:
- 26.3.1.** Para a elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços dos postos, foi considerado o piso salarial estabelecido na(s) convenção(ões) coletiva(s) de trabalho do(s) sindicato(s) dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços ora terceirizados, vigentes neste ano no Estado em que os serviços serão prestados e a observação do salário mínimo vigente.
- 26.3.2.** As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços com base em convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada.
- 26.3.3.** Na hipótese de eventual repactuação do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.
- 26.3.4.** Caso a licitante utilize instrumento coletivo distinto do adotado neste Edital, deverá indicar em sua proposta a convenção coletiva de trabalho ou a norma coletiva a que esteja obrigada.
- 26.3.5.** Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora, e não poderão ser inferiores aos estimados neste Edital, nem inferiores aos da norma coletiva a que a licitante estiver obrigada, devendo ser utilizado o salário mais benéfico ao trabalhador.
- 26.3.6.** Ainda que, em acordo ou convenção coletiva da categoria, haja previsão de reajuste escalonado de salários, a CONTRATADA aplicará aos salários dos empregados que prestam serviços à CONTRATANTE os mesmos índices concedidos na repactuação contratual, independentemente da data de admissão do empregado nos quadros da CONTRATADA.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 26.3.7.** As planilhas deverão ser individualizadas por tipo de posto, no entanto, a proposta para contratação terá que ser consolidada.
- 26.3.8.** Caso a proposta da licitante apresente salário inferior ao estabelecido neste Edital ou ao da norma coletiva a que estiver obrigada, dentre os dois o mais benéfico ao trabalhador, o Pregoeiro fixará prazo para ajuste da proposta.
- 26.3.9.** O não atendimento à solicitação do Pregoeiro no prazo fixado, ou a recusa em fazê-lo, implica a desclassificação da proposta.
- 26.3.10.** O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
- 26.3.11.** Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.
- 26.3.12.** O LDI (Lucros e Despesas Indiretas) constante das planilhas de composição de custos e formação de preços engloba o lucro e as despesas administrativas e operacionais (Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário).
- 26.3.13.** O orçamento dos custos dos serviços foi estimado levando-se em consideração empresas optantes pelo Lucro Presumido.
- 27.** O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 27.1.** O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TCE-AM ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 27.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 27.3.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 27.4.** O **Pregoeiro** poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TCE-AM.
- 27.5. Não serão aceitas propostas com valores globais superiores aos estimados, bem como:**
- 27.5.1. Propostas com o valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um empregado) superior ao estimado pela Administração;**
- 27.5.2. Propostas com o valor total dos materiais superior ao estimado pela**





Administração, se houver;

- 27.5.3.** Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.
- 27.6.** Não serão aceitas propostas com preços manifestamente inexequíveis.
- 27.6.1.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.
- 27.6.2.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- 27.6-2.1.** questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 27.6-2.2.** verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- 27.6-2.3.** levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;
- 27.6-2.4.** consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- 27.6-2.5.** pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 27.6-2.6.** verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- 27.6-2.7.** pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- 27.6-2.8.** verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- 27.6-2.9.** levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- 27.6-2.10.** estudos setoriais;
- 27.6-2.11.** consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- 27.6-2.12.** análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

27.6 -2.13. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

27.7. A **licitante melhor classificada** deverá apresentar sua proposta obedecendo, quanto aos salários, ao estabelecido na condição 26.3. do edital.

27.7.1. Caso a proposta da **licitante** apresente salário inferior ao estabelecido neste Edital ou ao da norma coletiva a que estiver obrigada, dentre os dois o mais benéfico ao trabalhador, o **Pregoeiro** fixará prazo para ajuste da proposta.

27.7 -1.1. O não atendimento à solicitação do **Pregoeiro** no prazo fixado, ou a recusa em fazê-lo, implica a desclassificação da proposta.

27.7-1.2. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.

27.8. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.

28. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

29. Se a proposta não for aceitável, ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

30. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO

31. A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do Sicaf (habilitação parcial) e dos documentos de habilitação especificados neste Edital.

32. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

33. As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Sicaf deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

34. Realizada a habilitação parcial no Sicaf, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas na Condição 4 da Seção III – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

34.1. Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

34.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

34.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

35. As consultas previstas na Condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

36. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das **licitantes** será realizada mediante a apresentação do seguinte documento, para fins de comprovação de **regularidade trabalhista**:

36.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

37. Para fins de **qualificação econômico-financeira**, deverão ser apresentados:

37.1. Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei e regulamentos na data de realização deste **Pregão**, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste processo licitatório;

37.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;

37.3. Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura deste **Pregão**, conforme modelo constante no **Anexo II do Edital**;

37.4. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.

38. Os documentos exigidos na condição anterior deverão comprovar:

38.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

38.2. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual da proposta, deduzidos os insumos dos serviços;

38.3. Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor anual da proposta;

38.4. Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste **Pregão**.

39. Caso o valor total constante na declaração de que trata a Subcondição 37.3 apresente





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a **licitante** deverá acrescentar as devidas justificativas ao **Anexo II do Edital**.

39.1. Se as justificativas não forem entregues concomitantemente à documentação, o **Pregoeiro** poderá fixar prazo para a sua apresentação.

40. Para fins de **qualificação técnico-operacional**, deverão ser apresentados:

40.1. Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da **licitante**, que comprove(m):

40.1.1. Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a **licitante** executa ou executou contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, que correspondam a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto no edital de licitação.

40.1-1.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

40.1-1.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

40.1.2. Experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do **Pregão**.

40.1-2.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

40.1-2.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos, mediante diligência do **Pregoeiro**.

40.2. Cópia(s) de contrato(s) comprovando que a **licitante** executa ou executou serviços, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no seu contrato social, registrado na junta comercial competente, com, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) do quantitativo de postos exigidos nesta contratação**.

41. As **licitantes** deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

42. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

43. O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

44. Documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, deverão, mediante solicitação do **Pregoeiro**, ser enviados juntamente à proposta adequada ao último lance.

44.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

44.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situada na Avenida Ephigênio Sales, 1155, Parque 10 de Novembro, CEP 69.055-736, Manaus/AM..

44.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

44.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

44.4. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

44.5. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

44.6. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

44.6.1. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

44.6.2. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela **licitante**, mediante





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

apresentação de justificativa.

- 44.7.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.

SEÇÃO XIII – DA DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 45.** Não se exigirá demonstração do serviço ofertado.

SEÇÃO XIV – DO RECURSO

- 46.** Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

- 46.1.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

- 46.2.** O **Pregoeiro** examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

- 46.3.** A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

- 47.** Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos do Processo SEI nº 11.321/2022 franqueada aos interessados.

- 48.** As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.

- 49.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 50.** O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

- 51.** A homologação deste **Pregão** compete ao Secretário Geral de Administração do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

- 52.** O objeto deste **Pregão** será adjudicado globalmente à **licitante vencedora**.

SEÇÃO XVI – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

53. Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante vencedora** será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

53.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela **licitante vencedora** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

54. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TCE-AM.

55. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

56. Quando a **licitante** convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

SEÇÃO XVII – DAS SANÇÕES

57. A **licitante** ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor anual estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

57.1. cometer fraude fiscal;

57.2. apresentar documento falso;

57.3. fazer declaração falsa;

57.4. comportar-se de modo inidôneo;

57.4.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

57.5. não assinar o contrato no prazo estabelecido;

57.6. deixar de entregar a documentação exigida no certame;

57.7. não manter a proposta.

SEÇÃO XVIII – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

58. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para os endereços eletrônicos cpl@tce.am.gov.br, até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

59. O **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

60. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
61. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para os endereços eletrônicos cpl@tce.am.gov.br
62. O **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.
63. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

SEÇÃO XIX – DISPOSIÇÕES FINAIS

64. Ao Secretário Geral de Administração do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 64.1. A anulação do **Pregão** induz à do contrato.
- 64.2. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
65. É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
66. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 66.1. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.
67. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
68. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.
69. Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

conveniência do TCE-AM, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

SEÇÃO XX – DOS ANEXOS

70. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

70.1. Anexo I do Edital – Termo de Referência;

70.1.1. Anexo I do TR – Lista de Ferramentas dos Artífices;

70.1.2. Anexo II do TR – Lista de Ferramentas do Eletricista/Apontador

70.1.3. Anexo III do TR – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços;

70.1.4. Anexo IV do TR – Memória de Cálculo de Insumos;

70.1.5. Anexo V do TR – Descrição dos uniformes;

70.1.6. Anexo VI do TR – Minuta do Contrato.

70.2. Anexo II do Edital – Modelo de Declaração

70.3. Anexo III do Edital - Orçamento

SEÇÃO XXI – DO FORO

71. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Manaus/AM, Seção Judiciária do Estado do Amazonas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Manaus(AM), 6 de outubro de 2022.

Assinado eletronicamente

GABRIEL DA SILVA DUARTE

Pregoeiro





Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE MOTORISTAS, GARÇONS, RECEPCIONISTAS, ASCENSORISTAS, MOTOBOYS, ARTÍFICES, ELETRICISTAS DE MÉDIA TENSÃO, COPEIROS, SONOPLASTA, TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA EM MÉDIA TENSÃO, TÉCNICO ADMINISTRATIVO E.

DADOS DO PROPONENTE
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
ENDEREÇO: AV. EFIGÊNIO SALLES, 1155 – PARQUE 10 DE NOVEMBRO – CEP
69.055-376
CNPJ 05.829.742/0001-48

1. INTRODUÇÃO

1.1 Este Termo de Referência foi elaborado por esta Secretária Geral de Administração do tribunal de contas do estado do Amazonas –TCE/AM, qual servirá de para o procedimento licitatório ,fundamento na Lei Federal n 10.520, de 17 de julho de 2022, e nas demais legislações pertinentes às condições e especificações estabelecidas, tendo por objetivo a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fornecimento de mão de obra das Categorias (I)**Motoristas de Carro Pesado**,(II) **Garçons**, (III)**Recepcionistas**, (IV)**Ascensoristas**, (V)**Motoboys**, (VI)**Artífices**, (VII)**Eletricista de Alta Tensão**, (VIII)**Copeiros**, (XI)**Sonoplasta**, (X) **Apontador Geral**, (XI)**Assistente Administrativo**, (XII)**Auxiliar de Saúde Bucal** e (XIII)**Técnico de Enfermagem**.

1.2 Registra-se que o procedimento licitatório será na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global.

2. OBJETO:

2.1. **CONTRATAÇÃO**, pelo período de 12 (doze) meses, de empresa especializada no fornecimento de mão de obra terceirizada de várias categorias profissionais sob dedicação exclusiva, com disponibilização de **50 (cinquenta)** profissionais conforme discriminados abaixo:

- I. **08** (oito) Motoristas de carro pesado;
- II. **06** (seis) garçons;
- III. **06** (seis) recepcionistas;
- IV. **03** (três) ascensoristas;
- V. **05** (cinco) motoboys;
- VI. **04** (quatro) artífices;
- VII. **01** (um) eletricista de Alta Tensão;
- VIII. **02** (dois) copeiros;
- IX. **01** (um) sonoplasta;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- X. **01** (um) Apontador Geral;
- XI. **09** (nove) Assistente Administrativo;
- XII. **03** (três) Auxiliares de Saúde Bucal;
- XIII. **01** (um) Técnico de Enfermagem

3. JUSTIFICATIVA DO SERVIÇO:

3.1 Elaborado com base nas indicações das necessidades dos profissionais conforme o objeto do item 2.1 para regular funcionamento desses serviços no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, a saber:

- a) Promoção dos serviços de Motorista de carro pesado conduzindo 32 (trinta e dois veículos) entre os quais (Van, Caminhão e carros passeios) transportando passageiros e materiais mediante determinação superior, zelando pela sua segurança pessoal bem como dos seus passageiros, bem como veículo de carro pesado desta Corte de Contas;
- b) Promoção dos serviços de atendimento por garçons ao Tribunal Pleno, Gabinete da Presidência, Gabinete dos Conselheiros, Auditores, Procuradores de Contas e demais autoridades que comparecerem a este TCE/AM para tratar de assuntos de seu interesse ou por ocasião de solenidades; sendo 10 (dez) Gabinetes de Conselheiros, 4 (quatro) Gabinetes de Auditores e 10(dez) Gabinetes de Procuradores.
- c) Promoção dos serviços de atendimentos por copeiros aos servidores e público externo, servindo e distribuindo alimentos e bebidas. Recolhe utensílios e equipamentos utilizados, promovendo a limpeza, higienização e conservação das 02 (duas) copas para atender o Prédio Principal, Prédio Anexo e Escola de Contas, a este TCE/AM.
- d) Promoção dos serviços de recepção e atendimento às portarias existentes nos prédios sede e anexo deste TCE/AM, recebendo os visitantes, administradores e autoridades que adentrarem a este TCE/AM e encaminhando-os aos setores demandados, nos 3(três) prédios (Sede, Anexo e Escola de Contas ;
- e) Promoção da operação por ascensoristas de 07 (sete) elevadores funcionais do TCE/AM, que atendem a todo o público interno e externo que demandam os serviços desta Corte de Contas;
- f) Promoção dos serviços de entrega de pequenas encomendas e documentos, com profissionais treinados e habilitados no uso de motocicletas demandados por esta Corte de Contas; bem como média de entrega de 70 (setenta) documentos por dia.
- g) Promoção dos serviços típicos de manutenção, com especialidades nas áreas de Redes Elétricas de Alta Tensão (Predial/Industrial), planejamento de manutenção em gerador de energia elétrica, podendo ser feito tanto quando o equipamento está funcionando normalmente e/ou apresentar qualquer defeito, afim de preservar e até otimizar o seu funcionamento, como pode também ser solicitado para avaliação o que pode estar acontecendo com o grupo gerador que já apresenta defeitos e mau funcionamento; manutenção, instalação, infraestrutura, cabines, transformadores, disjuntores, *Retrofit* e Proteção, Projetos AT e BT, correção do FP. Montagem de Painéis Elétricos, barramentos de Cobre para Painéis Elétricos, inspeção Termográfica em Painéis



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Elétricos, confecção e adaptação de peças para dispositivos específicos, ensaios elétricos e operacionais em painéis e dispositivos de proteção nas dependências deste TCE/AM.

- h) Promoção dos serviços típicos de Artífice para manutenção, com especialidades em montagem e desmontagem de forros e divisórias, de pintura, reparos em portas, janelas, moveis de madeira, conserto de telhados, pequenos serviços de pedreiro e carpintaria, corte de árvores, além de auxílio ao eletricista e bombeiro hidráulico.
- i) Promoção dos serviços típicos de Apontador Geral de supervisionar serviços gerais, tais como serviços de conservação e da manutenção dos prédios, móveis, equipamentos demais bens do Tribunal; Acompanhar e zelar serviços realizados para o regular funcionamento de máquinas e equipamentos e instalações elétricas e hidráulicas; Inspeccionar rotineiramente as máquinas, aparelhos e equipamentos existentes e instalações nos setores do Tribunal, comunicando aos superiores e fiscais e setores competentes, as providências que se fizerem necessárias para mantê-los em normal funcionamento, solicitando insumos e materiais para manutenção, conservação e reparos aos bens móveis e imóveis, bem como das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias da sede do Tribunal.
- j) Promoção dos serviços típicos Sonoplasta para operação de mesa de som e demais equipamentos de sonorização, operação de todo o sistema de som do espaço reservado para apresentações e exposições, instalação e manuseio de fones e microfones, bem como montar e desmontar equipamentos de sonorização.
- k) Promoção dos serviços típicos de trabalhos administrativos da Instituição nas áreas de recursos humanos, logística e de administração geral. Atendimento as necessidades diretas do Tribunal e ao publico interno e externo. Preparo de relatórios e planilhas de diversos serviços. Elaboração de documentos administrativos, tais como ofício, informação ou parecer técnico, memorandos, atas etc.
- l) Promoção dos serviços típicos por auxiliar bucal para auxílio aos cirurgiões dentistas que atuam na seção de odontologia, correspondendo 03 (três) consultórios odontológicos, correspondendo em torno de 50(cinquenta) atendimentos por dia nesta Corte de Contas.
- m) Promoção dos serviços típicos por Técnico de Enfermagem que atuam auxiliando os médicos, dentistas, fisioterapeuta e psicólogos no setor de saúde desta Corte de Contas, correspondendo 3(três) consultório de odontologia, 7(sete) consultórios médicos e 1(uma) sala de fisioterapia em atendimentos de triagem, correspondendo 50(cinquenta) atendimentos por dia nesta Corte de Contas.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 A prestação dos serviços será executada pela CONTRATADA, sob sua única e exclusiva responsabilidade, utilizando pessoal treinado e especializado, conforme a natureza das tarefas.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.2 A CONTRATADA deverá apresentar a partir da assinatura do contrato a relação de todos os profissionais indicados para a prestação dos serviços, inclusive o preposto, com a respectiva comprovação de atendimento dos requisitos elencados, devendo estes profissionais participar da efetiva prestação do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, quando for o caso, com anuência da CONTRATANTE.

4.3 Durante toda a vigência contratual, os profissionais indicados para a prestação dos serviços, assim também o preposto, deverão possuir vínculo com a CONTRATADA, comprovado por meio da juntada de cópia da ficha de registro de empregado, ou da cópia do ato de investidura em cargo de direção, ou da cópia do contrato social ou ainda do contrato civil de prestação de serviços a fim de comprovar que este profissional pertence ao quadro da empresa, ou é seu diretor ou seu sócio.

4.4 Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial os normativos do Ministério do Trabalho. Os serviços, objeto do presente certame, serão executados diariamente, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa desta Corte de Contas, bem como a legislação trabalhista e a Convenção Coletiva da respectiva categoria. Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com o Tribunal de Contas do Amazonas para o atendimento da necessidade da Contratante com a descrição baixo;

1. **Para os motoristas de carro pesado:** Carteira de Habilitação D, dirigir os veículos (Van, caminhão e carros leves) do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas transportando pessoas, materiais e outros, conforme solicitação superior, zelando pela segurança durante a condução. Cumprir escala de trabalho. Verificar o funcionamento de equipamentos de sinalização sonora e luminosa. Efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo. Prestar ajuda no carregamento e descarregamento de materiais, encaminhando-os ao local destinado. Preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho. Informar-se sobre o itinerário e conduzir o veículo em viagens dentro e fora do território estadual. Informar sobre o consumo de combustíveis e lubrificantes, solicitando o reabastecimento e lubrificação dos veículos, bem como prazos ou quilometragem para revisões. Zelar pela conservação e segurança dos veículos, solicitando a limpeza interna e externa dos mesmos. Informar sobre a necessidade de ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito. Participar de programa de treinamento, quando convocado. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos quando necessário. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. Deverão apresentar-se devidamente uniformizados, de preferência com uniforme tipo paletó preto completo, composto de camisa branca de mangas longas ou curtas, gravata preta, calça comprida preta, sapatos e meias pretas, também deverão apresentar-se perfeitamente barbeados, com unhas, cabelos e fardas limpas, assegurando escrupulosa higiene pessoal.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

2. **Para os garçons:** Servir e manusear bebidas e alimentos, zelar pelo armazenamento e conservação dos alimentos manuseados, efetuar a organização do local de trabalho, providenciar pedidos realizados por autoridades desta Corte de Contas, efetuar o recolhimento de bandejas, xícaras, copos, jarras e demais utensílios, auxiliar nas limpezas simples das copas, zelar pela conservação e pela limpeza de equipamentos e de utensílios utilizados. Deverão ainda estar devidamente uniformizados, de preferência com uniforme preto e branco completo, composto de camisa branca de mangas longas ou curtas, completado com gravata preta (borboleta), calça comprida (preta), sapatos e meias (pretas); também deverão apresentar-se perfeitamente barbeados, com unhas, cabelos e fardas limpas, assegurando escrupulosa higiene pessoal.
3. **Para os copeiros:** Servir aos funcionários e visitantes cafés, chás, água, preparar lanches, manter a copa e os utensílios limpos, verificar os mantimentos, zelar pela conservação e pela limpeza de equipamentos e de utensílios utilizados, zelar pela ordem e segurança do local de trabalho, manter a higiene e o asseio em seu local de trabalho. Deverão ainda estar devidamente uniformizados.
4. **Para Recepcionistas (Sexo Feminino):** Atender e controlar a entrada e saída de visitantes e equipamentos de forma organizada, manter cordialidade com o público externo, para prestar informações e encaminhamentos; atender chamadas telefônicas, prestar informações e anotar recados, registrar as visitas e os telefonemas atendidos, manter boa aparência e manter controle de todas as visitas efetuadas; registrar nomes, horários e assuntos; manter-se atualizado sobre a organização, departamentos e eventos para encaminhar as pessoas conforme seus pedidos; preencher e marcar anotações de acontecimentos relevantes, organizar a triagem dos que buscam o atendimento; facilitar a localização; manter em ordem todo o espaço da recepção e entrada do Tribunal de Contas do Amazonas e demais atividades correlatas a prestação do serviço que a função requer. Deverão ainda estar devidamente uniformizados.
5. **Para Ascensoristas:** Operar elevadores no transporte de pessoas e cargas zelando pela segurança das pessoas e do patrimônio, atender e controlar a entrada e saída de pessoas nos elevadores do Tribunal de Contas do Amazonas de forma organizada e agradável, manter cordialidade com o público; verificar o funcionamento do elevador, examinando os equipamentos para localizar defeitos e evitar acidentes; controlar a quantidade e o peso das pessoas e mercadorias a transportar, baseando-se nas imposições legais quanto a lotação e tonelage máxima permitida, para garantir a segurança dos passageiros e cargas; registrar o andar solicitado pelo passageiro, pressionando os botões do painel de controle, para possibilitar a parada do elevador no andar correspondente; operar o elevador, ligando-o e desligando-o através de dispositivos automáticos e/ou manuais e fazendo-o parar nos andares solicitados; zelar pelo bom funcionamento e limpeza interna do elevador, constatando e comunicando avarias e outras anormalidades, para conservá-lo em condições de segurança e asseio; coibir o uso de cigarros na cabine do elevador, para evitar consequências desagradáveis; abrir manualmente a porta do elevador, em casos de emergência, por defeitos do automático ou falta de energia elétrica, para possibilitar a saída dos passageiros com segurança; prestar informações ao público sobre a localização de pessoas ou dependências de serviço e desempenhar outras atribuições pertinentes a função, Deverão ainda estar devidamente uniformizados.
6. **Para os Motociclistas (motoboys):** Realizar entregas de pequenas encomendas e documentos, demandados por esta Corte de Contas conforme controle elaborado pela pessoa responsável por



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

tal demanda: posiciona as encomendas no baú da motocicleta de forma a agilizar a entrega e dirigir-se aos pontos de entrega, zelando pela segurança pessoal e manuseio das encomendas. Deverão ainda estar devidamente uniformizado.

6.1 Motos Honda CG NXR 160 BROS 2020, ou similar, conforme Tabela FIP. A motocicleta poderá ser tanto de propriedade da contratada quanto de terceiros. No caso da motocicleta ser de propriedade da contratada, o valor do custo a ser considerado será o custo da depreciação mensal do veículo. No caso de ser de propriedade de terceiros, o custo a ser considerado será o valor da locação mensal da motocicleta, cujo adimplemento é de total responsabilidade da contratada.

6.2 O custo mensal com combustível deverá considerar o consumo mensal de 80 (oitenta) litros de gasolina, conforme histórico de consumo do contrato atual.

7. **Para o eletricista em Alta tensão:** Executar serviços com qualidade profissional para execução de montagem e manutenção de instalações elétricas em baixa tensão e de sistemas elétricos de máquinas e equipamentos, de acordo com normas técnicas, ambientais, de qualidade e de segurança e saúde no trabalho.
8. **Para os artífices com conhecimentos em serviços gerais:** Realizar o conjunto de atividades para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de suas partes constituintes a fim de atender às necessidades e segurança dos seus usuários, e outras atividades e obrigações, Deverão ainda estar devidamente uniformizado.
9. **Para o sonoplasta:** Responsável por operar mesa e demais equipamentos de sonorização, operar todo o sistema de som do espaço reservado para apresentações e exposições, instalar e manusear fones e microfones, montar e desmontar equipamentos de sonorização, colaborar na manutenção, conservação e organização de materiais, máquinas e equipamentos de trabalho, solicitando manutenção, sempre que necessário. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior. Auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados. Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor/departamento. Executar demais atividades de semelhante complexidade e inerentes a sua função. Deverão ainda estar devidamente uniformizado.
10. **Para o Apontador Geral :** Responsável em orientar e supervisionar serviços gerais, tais como serviços de conservação e da manutenção dos prédios, móveis, equipamentos demais bens do Tribunal; Acompanhar e zelar serviços realizados para o regular funcionamento de máquinas e equipamentos e instalações elétricas e hidráulicas; Inspecionar rotineiramente as máquinas, aparelhos e equipamentos existentes e instalações nos setores do Tribunal, comunicando aos superiores e fiscais e setores competentes, as providências que se fizerem necessárias para mantê-los em normal funcionamento, solicitando insumos e materiais para manutenção, conservação e reparos aos bens móveis e imóveis, bem como das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias da sede do Tribunal. Deverão ainda estar devidamente uniformizado.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 11. Para o Assistente Administrativo:** Responsável por atuar na rotina administrativa nas Unidades do TCE/AM; Planejar as estratégias de execução das atividades desenvolvidas no setor; Acompanhar a gestão de todos os departamentos, nos quais gere recursos financeiros, materiais e humanos; Executar outras tarefas correlatas e de mesmo nível de complexidade que lhe forem atribuídas pela chefia. Possuir, no mínimo, ensino médio completo. Competências pessoais: Demonstrar capacidade de ser flexível; Ser responsável, dinâmico e organizado; Conhecimento técnico para o exercício das atividades que lhe forem confiadas; Dominar linguagem técnica da área de atuação. Descrição das Atividades: Executa atividades de apoio operacional, administrativo e técnico em qualquer setor do TCE/AM; Executa tarefas de caráter técnico, relativas ao planejamento, avaliação e controle de projetos e ações do Setor em que esteja alocado; Apoia a execução de outras atividades e essencialmente caracterizada pela execução de rotinas padronizadas, sob supervisão. Deverão ainda estar devidamente uniformizado.
- 12. Para o Auxiliar de Saúde Bucal:** Responsável por planejar o trabalho técnico-odontológico em consultórios, clínicas, laboratórios de prótese e em órgãos públicos de saúde. Previnem doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Confeccionam e reparam próteses dentárias humanas, animais e artísticas. Executam procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Administram pessoal e recursos financeiros e materiais. Mobilizam capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança Deverão ainda estar devidamente uniformizado.
- 13. Para o Técnico de Enfermagem:** Responsável por realizar atividades técnicas de enfermagem em empresas públicas e privadas como: hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica, embarcações e domicílios. Atuam em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestam assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizam ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Realizam visitas domiciliares orientando familiares, usuários e comunidade e visitas a instituições como escolas e orfanatos. Trabalham em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizam registros e elaboram relatórios técnicos. Desempenham atividades e realizam ações para promoção da saúde da família. Deverão ainda estar devidamente uniformizado.

4.5 Todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos deverão estar incluídos no preço, o qual deverá ainda, abranger toda a atividade ou material necessário à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

5. DOS FORNECIMENTOS DE UNIFORMES

5.1 A CONTRATADA deverá indicar providenciar para que os profissionais indicados apresentem-se no local de prestação dos serviços trajando uniforme fornecidos às expensas da empresa. Os uniformes deverão ser aprovados pela Fiscalização da CONTRATANTE e conter as características básicas constantes do Anexo V.

5.2 O primeiro conjunto de uniforme deverá ser entregue dentro do prazo de 10(dez) dias, a contar do início da prestação dos serviços.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

5.3 A quantidade de itens dos uniformes estimada nas tabelas refere-se ao previsto para o período de um ano, porém, deverá ser fornecida a metade a cada seis meses, exceto para eventual item com quantidade anual igual a 1(um), que deverá ser fornecido no início da execução contratual e no início de cada período prorrogado, se houver.

5.4 Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações.

5.5 Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto a tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pela FISCALIZAÇÃO.

5.6 Os uniformes deverão ser entregues aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à CONTRATANTE, sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

5.7. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.

5.8 A CONTRATADA não poderá exigir do empregado o uniforme usado, quando da entrega dos novos.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

6.1 O procedimento licitatório obedecerá integralmente às disposições contidas nos seguintes diplomas legais:

- Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993
- Instrução Normativa IN nº 05, de 26 de maio de 2017 da SEGES/MPDG e aplicada subsidiariamente a IN SLTI MP 04/2010.
- Condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 A contratada, além do fornecimento de mão de obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

- 7.2. Responsabilizar-se, integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, responsabilizando-se em indenizar o TCE caso empregado ou seu preposto danifique, quebre ou avarie qualquer equipamento ou material usado durante os serviços;
- 7.3. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestado de boa conduta e demais referenciais, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 7.4. Manter a disciplina nos locais de serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- 7.5. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 7.6. Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 7.7. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução de serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- 7.8. Identificar, todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, conforme o Anexo I e II deste Termo ;
- 7.9. Implementar de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências Objeto dos serviços;
- 7.10. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local de trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao fiscal e/ou gestor responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- 7.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das Normas Disciplinares determinadas pela Administração;
- 7.12. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 7.13. Preparar, corrigir, refazer ou substituir todas e quaisquer imperfeições, vícios ou defeitos nos serviços;
- 7.14. Fornecer a seus empregados todos os EPIS (Equipamentos de Proteção Individual) previstos nas legislações federal, estadual ou municipal e nas normas de segurança da Administração, tais como apresentado no Anexo V deste Termo;
- 7.15. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios na área da Administração;
- 7.16. Registrar e controlar, juntamente com o fiscal/gestor do contrato da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- 7.17. Fornecer a seus colaboradores 04 (quatro) jogos de uniformes por ano, **sendo fornecida a metade a cada seis meses** podendo a troca de uniforme ser feita todas as vezes que a FISCALIZAÇÃO julgar que os utilizados não preenchem mais os requisitos de boa aparência necessários à execução dos serviços.
- 7.18. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para-fiscais, que incidem ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços contratados.
- 7.19. Empregar, na execução dos serviços, motociclista (motoboy) devidamente qualificado (possuidor de Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “A”), o qual deve ser identificado por crachá – com n.ºs de RG e CPF e fotografia recente – equipado com celular ou rádio comunicador e com os devidos equipamentos de segurança (capacete, luvas, jaqueta, calça jeans, botas e roupa apropriada para chuva).



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 7.20. Empregar, na execução dos serviços, motoristas devidamente qualificados (possuidor de Carteira Nacional de Habilitação – Categoria no mínimo “D”), o qual deve ser identificado por crachá – com n.ºs de RG e CPF e fotografia recente – equipado com celular ou rádio comunicador.
- 7.21. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93, no inciso XIII, do artigo 55, sob pena de retenção dos pagamentos, até que a pendência seja sanada.
- 7.22. Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas em caso de acidente e informar imediatamente ao CONTRATANTE.
- 7.23. Encaminhar, bimestralmente, histórico do DETRAN com as penalidades, que porventura ocorreram aos motoristas e motociclistas que prestam serviços ao CONTRATANTE.
- 7.24. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.
- 7.25. Não subcontratar outra empresa para a execução dos serviços objeto deste Contrato ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante.
- 7.26. Assumir todas as responsabilidades de tráfego (multas, impostos – quando de sua propriedade, estacionamentos, taxas, etc.).
- 7.27. Responsabilizar-se por todas as despesas com o veículo de sua propriedade, inclusive as relativas a combustível, manutenção, acidentes, licenciamentos e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços contratados.
- 7.28. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os motociclistas, necessários à perfeita execução dos serviços, pagando-lhes salários compatíveis, de valor igual ou superior ao piso salarial estabelecido para categoria, bem como os benefícios de praxe.
- 7.29. Responder por eventuais indenizações, reparações, multas ou despesas a que for condenado, em virtude de demandas ajuizadas por terceiros e fundadas em danos causados, no decorrer da execução do futuro contrato, por dolo ou culpa ou de seus empregados e preposto.

8. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS DA CONTRATADA
--

- 8.1. Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, INSENTANDO o tribunal de contas de qualquer responsabilidade quanto a estes encargos, que com eles não manterá nenhum vínculo empregatício nem subordinação de nenhuma espécie;
- 8.2. Fornecer a seus empregados vale transporte, nos termos da Lei Federal 7.418, de 16.12.85, cujo regulamento foi aprovado pela Lei 7.855 de 1989;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 8.3. Fornecer vale refeição de acordo com os valores estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho, obedecendo à legislação trabalhista pertinente à espécie.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. A Administração obriga-se: Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto do Contrato por meio de Fiscal e Gestor devidamente designado, que poderá solicitar da CONTRATADA, com a periodicidade necessária, os seguintes documentos: Contrato de Trabalho, Regulamento Interno, Convenção/Acordo/Sentença Normativa, Registro de Empregados, Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (Admissional, Periódico, Demissional), Controle de Horas, Recibo de Férias, Recibo de Salário, Recibo de Vale Transporte, Recibo de Recolhimento de Contribuição Sindical, RAIS, Recibo de Entrega de EPI'S, GFIP, Folha de Pagamento, Atestados, Décimo Terceiro Salário, CR-FGTS, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, CIPA, Recolhimento Previdenciário, Salário Família, Certidão Negativa de Débito (contribuições destinadas a Seguridade Social), Comunicações de Acidente de Trabalho, Notas Fiscais de Retenção, Termo de Rescisão do Contrato de trabalho Com Homologação, Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRFC, Aviso Prévio/Pedido de Demissão, dentre outros.
- 9.2. Permitir ao pessoal da CONTRATADA livre acesso às dependências do Tribunal onde serão prestados os serviços, de modo a viabilizar a prestação dos mesmos e proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato.
- 9.3. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil dos serviços a serem executados. Proceder vistoria nos veículos, por intermédio de preposto designado, reservando-se o direito de vetar a utilização daqueles veículos que não estejam dentro dos padrões estipulados.
- 9.4. Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execuções dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 9.5. Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade constatada na prestação dos serviços.
- 9.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 9.7. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.
- 9.8. Rescindir o Contrato pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80, todos da Lei nº 8.666/93.
- 9.9. Proceder ao pagamento do Contrato, na forma e no prazo pactuado, após verificada a regularidade da nota fiscal/fatura e os documentos no item 17.5 do Termo de referência .

10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 10.1. Nos termos do Art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, o Tribunal de Contas do Amazonas designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.
- 10.2. Da mesma forma, a Adjudicatária deverá indicar um preposto para, se aceito pelo Tribunal, representá-la, administrativamente, na execução do Contrato.
- 10.3. Nos termos da Lei nº 8.666/93, constituirá documento de autorização para a execução dos serviços, o Contrato assinado, acompanhado da Nota de Empenho.
- 10.4. Incumbirá ao Fiscal do Contrato, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com sua execução e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 10.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o Tribunal de Contas do Amazonas.
- 10.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão solicitadas à autoridade competente do Tribunal de Contas do Amazonas para adoção das medidas convenientes.

11. DAS NORMAS GERAIS DE CONDUTA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
--

- 11.1. A prestação dos serviços será executada pela CONTRATADA, sob sua única e exclusiva responsabilidade, utilizando pessoal treinado e especializado, conforme a natureza das tarefas.
- 11.2. Os serviços deverão ser prestados de segunda a sexta-feira, em jornada específica de trabalho, com carga horária de 44 (quarenta) horas semanais, com jornada diária de 8 (oito) horas, de segunda a sexta, no horário entre as 07h às 17 horas e sábado das 07 horas às 11 horas, com intervalo para refeições, conforme a legislação, respeitando os limites legais da jornada de trabalho, podendo ser adotado o critério do banco de horas, quando admitido pela legislação, de modo a alcançar o cumprimento da carga horária prevista.
 - 11.2.1 A critério do tribunal de Contas os trabalhadores poderão ser dispensados aos sábados, sem prejuízo do cumprimento da carga horária semanal.
- 11.3. Os serviços obedecerão aos horários estabelecidos, podendo o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades.
- 11.4. O controle da jornada de trabalho nas dependências da CONTRATANTE deverá ser efetuado por meio de sistema de controle de jornada de trabalho, a saber: a) biometria; b) controle de ponto por cartão magnético; c) sistema de ponto eletrônico alternativo; e outros permitidos por lei, sendo de responsabilidade pela CONTRATADA a instalação do ponto.
- 11.5. O preenchimento das vagas afetas às categorias profissionais será realizado após análise curricular submetida à aprovação da CONTRATANTE, para fins de comprovação dos requisitos mínimos para preenchimento do posto.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.6. Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas de cada serviço contratado, conforme consta das especificações técnicas deste anexo:

- a) Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas usando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela chefia ou pelo supervisor;
- b) Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a), asseado(a), barbeado e com unhas aparadas;
- c) Manter cabelos cortados e/ou presos;
- d) Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da CONTRATANTE;
- e) Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
- f) Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- g) Cumprir as normas internas do órgão;
- h) Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- i) Zelar pela preservação do patrimônio da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- j) Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
- k) Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes da CONTRATANTE para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
- l) Conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;
- m) Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- n) Receber/passar o serviço ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- o) Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- p) Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- q) Buscar orientação com seu preposto, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- r) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- s) Levar ao conhecimento do preposto, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- t) Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia e/ou ao preposto, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- u) Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências da CONTRATANTE, providenciando para que sejam encaminhados à Segurança ou ao seu preposto;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- v) Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
 - w) Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes da CONTRATANTE;
 - x) Tratar a todos com urbanidade;
 - y) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da FISCALIZAÇÃO;
 - z) Não participar, no âmbito da CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.
- 11.7. Quanto aos motoboys: as chamadas serão originadas do Departamento de Autuação, Estrutura e Distribuição Processual do TCE/AM - DEAP, por pessoas credenciadas e autorizadas. Após a solicitação para entrega ou recolhimento de documentos, o motoboy deverá se apresentar na DEAP em até 30 (trinta) minutos após a solicitação. O responsável pela execução do serviço receberá um formulário, onde serão cadastradas todas as correspondências para entrega e a quilometragem utilizada em cada evento. Além das chamadas urgentes, diariamente a CONTRATADA obedecerá aos horários fixos: 07:00 às 17:00. Caso necessário, será solicitado com antecedência à CONTRATADA o aumento do quantitativo de motoboys no(s) horário(s) acima. O Motoboy deverá coletar e entregar documentos ou materiais, roteirizando os trajetos de acordo com as prioridades em horários de expedientes.

12. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

12.2 Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

12.3 Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço para fins de comprovação o registro de função profissional.

12.4 Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou, ainda, que não atendam às necessidades.

13 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 13.1 Para fins de comprovação de que trata o inciso II, do artigo 30 da Lei 8666/93, o Edital para a contratação do objeto deste Termo de Referência, exigirá do licitante, como documentação relativa à qualificação técnica, atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a proponente prestou serviços no objeto proposto pelo prazo não inferior a 03 (três) anos, consecutivos ou não.
- 13.2 Para efeitos de comprovação do item anterior, será aceito somatório de atestados de capacidade técnica, ou seja, os proponentes podem apresentar atestados de capacidade técnica que se somem para alcançar o período mínimo solicitado no item anterior.
- 13.3 Os atestados de capacidade técnica deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 13.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 13.5 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviços, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, uma única contratação.
- 13.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, comprovando, dentre outros documentos, cópia dos contratos que deram suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 13.7 O licitante deverá comprovar que tenha executado contratos com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalhos apresentados neste TR.
- 13.8 FORMA Em caso de dúvida fundada da Comissão Permanente de Licitação, de que o atestado não corresponde à realidade, deverá esta, usando da prerrogativa prevista no artigo 43, § 3º, da Lei 8666/93, exigir do licitante a apresentação das Notas Fiscais e ou Notas de Empenho, que correspondam aos atestados sob os quais recaia fundada dúvida de veracidade, bem como o uso de diligência específica para comprovação.
- 13.9 O licitante vencedor deverá apresentar, no momento da assinatura do Termo de Contrato, vínculo profissional: trabalhista, contratual ou societário (sem custos adicionais para o Contratante), de profissional Técnico em Segurança do Trabalho, registrado em seu respectivo Conselho, para orientação e fiscalização de uso de EPI e EPC durante os trabalhos realizados, com o objetivo de conscientização e prevenção de acidentes de trabalho, bem como apresentar e executar cronograma de aplicação de DSS (Diálogo Semanal de Segurança) e SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho).
- 13.10 O licitante vencedor deverá apresentar, no momento da assinatura do Termo de Contrato, PROFISSIONAIS MOTORISTAS (categoria mínima de habilitação "D") e MOTOCICLISTAS (categoria mínima de habilitação "A") com:
- CNH expedida no mínimo há 02 (dois) anos;
 - Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir ou de cassação da CNH.
- 13.11 O licitante vencedor deverá apresentar, no momento da assinatura do Termo de Contrato, PROFISSIONAIS MOTORISTAS (categoria mínima de habilitação "D") e MOTOCICLISTAS (categoria mínima de habilitação "A") certificados em curso de Direção Defensiva e Primeiros Socorros, com carga horária mínima de 16h (horas), expedidos no mínimo há 10 (dez) meses.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

13.12 O licitante vencedor deverá apresentar no início da execução contratual os itens listados nos anexos I e II, novos.(material de eletricitista de alta tensão e artefício)

14 DA FORMA EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1 O contrato será executado em conformidade com a Lei nº 8.666/93, bem como, Instrução Normativa IN nº 05/217 da SEGES/MPDG e aplicada subsidiariamente a IN SLTI MP 04/2010.

14.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um Representante da Administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

14.3 Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao setor competente para o pagamento devido.

14.4 Em caso de não conformidade, a CONTRATADA será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as providencias constantes do art. 69 da Lei 8.666/93, no que couber;

14.5 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados, se em desacordo com a especificação do Edital ou da Proposta de Preços da CONTRATADA.

15 DOS CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DOS SERVIÇOS

15.1 A Planilha de Custos e Formação de Preços /mês, constante do **ANEXO III** deste TERMO DE REFERÊNCIA, referente à categoria profissional (**Motorista de Carro Pesado, Garçom, Recepcionista, Ascensorista, Motoboy, Artefice, Eletricista de Alta Tensão, Copeiro, Sonoplasta, Apontador Geral, Auxiliar de Saúde Bucal, Assistente Administrativo, e Técnico de Enfermagem**), a ser apresentada pelo proponente, deverá conter o detalhamento dos custos que compõem os preços, e deverão ser levados em consideração:

15.2 Valor da remuneração da mão de obra da categoria **Motorista de Carro Pesado, Garçom, Recepcionista, Ascensorista, Motoboy, Artefice, Eletricista de Alta Tensão, Copeiro, Sonoplasta, Apontador Geral, Auxiliar de Saúde Bucal, Assistente Administrativo, e Técnico de Enfermagem** envolvida na prestação dos serviços, definido o valor do salário normativo conforme Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em vigor ou média salarial paga no Estado do Amazonas;

15.3 Valor da Reserva Técnica que não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) sobre o valor da remuneração da Mão de obra;

15.4 Valor dos encargos sociais e trabalhistas incidentes, com base na legislação;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 15.5 Custos dos Insumos: apurados a partir da experiência do TCE-AM, pesquisas junto aos demais órgãos ou entidades, estudos e publicações especializadas, empresas prestadoras de serviços e pesquisas junto ao mercado;
- 15.6 Os Custos Administrativos Operacionais e o Lucro, calculados como percentuais aplicados sobre os custos diretos ficam limitados a 10% (dez por cento) para o Lucro e a 5% (cinco por cento) para as Despesas Administrativas Operacionais sobre o valor de Mão de Obra (remuneração+encargos+insumos);
- 15.7 O valor dos tributos, em conformidade com a legislação, incidentes sobre a Mão de Obra, Insumos e Demais Componentes.

16 DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

- 16.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 78 da Lei 8.666/93;
- 16.2 Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, asseguradas à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção do contraditório e da ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória;
- 16.3 Em conformidade com o disposto no art. 34-A da IN MP Nº 03/2009, condições de habilitação pela CONTRATADA ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção do pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço;
- 16.4 Não será considerada retenção de pagamento quando este deixar de ocorrer em razão da não apresentação de todos os documentos/comprovações relacionados na cláusula do pagamento, visto que o prazo para o pagamento somente começa a correr após a apresentação dos mesmos.
- 16.5 A Administração concederá o prazo de 05 (cinco) dias para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa corrigir a situação. Fica esclarecido que até a regularização das obrigações, o pagamento não será efetuado, em razão de que não foram apresentadas as comprovações para tal;
- 16.5.1 A Contratada deverá pagar os funcionários até o 5º dia útil de cada mês, o eventual atraso do pagamento a empresa será notificada em 24(vinte quatro) horas, para efetuar o pagamento dos salários.
- 16.5.1.1 – Outras obrigações: como desconto em folha de pensão alimentícia, deverá ser pago até 1 (um) dia útil, a partir do pagamento do funcionário, bem como férias, 13º terceiro salário conforme legislação.
- 16.6 Quando da rescisão contratual, a fiscalização do contrato verificará o pagamento pela CONTRATADA, das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

16.7 Até que a CONTRATADA faça tal comprovação, a CONTRATANTE reterá a garantia prestada, podendo utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da CONTRATADA não efetuar os pagamentos em até 02 (dois) meses do encerramento da vigência do contrato.

17 DO PAGAMENTO

17.1 O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será creditado em nome da CONTRATADA, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada, e ocorrerá até o 10º (décimo) dia, contado do recebimento dos documentos de cobrança corretamente apresentados, referentes à competência vencida;

17.2 Não poderá ser imposta qualquer espécie de encargo por mora de até 02 (dois) dias úteis da data do vencimento, após a emissão tempestiva da Ordem Bancária;

17.3 O pagamento à CONTRATADA pela CONTRATANTE pelos serviços efetivamente prestados não se confunde com a obrigação da CONTRATADA em efetuar o pagamento da remuneração de seus empregados, cujo prazo é definido pela CLT. Assim, não cabe alegação de que primeiro a CONTRATANTE deve pagar pelos serviços para posteriormente a CONTRATADA efetivar o pagamento a seus empregados.

17.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na Proposta de Preços e nos documentos de habilitação e conter o detalhamento dos serviços executados.

17.5 A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada:

- I. da comprovação do pagamento da remuneração e das contribuições sociais – FGTS e Previdência Social, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;
- II. da comprovação do pagamento da remuneração e da Previdência Social, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;
- III. da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on line* ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada nos incisos do art. 29 da Lei 8.666/93;
- IV. do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Contratante.

17.6 Não será considerada retenção de pagamento quando este deixar de ocorrer em razão da não apresentação de todos os documentos/comprovações relacionados na cláusula de pagamento, visto que o prazo para o pagamento somente começa a correr após a apresentação dos mesmos.

18 DO INADIMPLEMENTO E DAS SANÇÕES



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

18.1. Durante a execução do contrato, se ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplência contratual de que possa ser responsabilizada a CONTRATADA, conforme o caso, incursa nas penalidades e sanções, assegurada a ampla defesa, de:

I. Advertência;

II. Multa;

- a) Multas moratórias de 1% (um por cento) do valor do Contrato por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem justificativas aceitas pelo TCE-AM;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto da licitação não realizada, na hipótese da rescisão administrativa, se o Contratado recusar-se a executá-lo;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens solicitados, em caso de recusa do prestador de serviços em assinar o contrato, e;
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens cotados pela PRESTADORA DE SERVIÇOS, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas da Ata de Registro de Preços.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Corte de Contas pelo prazo de 2 (dois) anos consecutivos;

IV. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação.

18.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

18.3. As sanções previstas nos itens “I”, “III” e “IV” poderão ser aplicadas juntamente com o item “II”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

18.4. A sanção estabelecida no item “IV” é de competência exclusiva da Presidente do Tribunal de Contas, da Secretaria Geral de Administração, quando tal competência for delegada a esta, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

18.5. As sanções previstas nos itens “III” e “IV” poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666/1993:

- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à CONTRATADA a **prévia e ampla defesa**, na via administrativa.

19 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

19.1 Programa de Trabalho: **01.122.0056.2466.0001** – Manutenção da Unidade Administrativa; Natureza da Despesa: **33903702** – Outras Locações de Mão de Obra; Fonte de Recursos: **0100**.

20 DO VALOR GLOBAL ESTIMADO

20.1 Estimou-se o valor global de **R\$ 3.259.286,04** (três milhões duzentos e cinquenta e nove mil duzentos e oitenta e seis reais e quatro centavos), sendo estimado o valor mensal de **R\$ 271.607,17** (duzentos e setenta e um mil seiscentos e sete reais e dezessete centavos), conforme Planilha de Custos e Formação de Preços.

21 DOS ANEXOS

21.1 ANEXO I - LISTA DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA ARTÍFICES

21.2 ANEXO II - LISTA DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA ELETRICISTA/ APONTADOR GERAL

21.3 ANEXO III - PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

21.4 ANEXO IV - MEMÓRIA DE CALCULO DOS INSUMOS

21.5 ANEXO V- MODELO DE DESCRIÇÃO DE UNIFORMES

21.6 ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

22 DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

22.1 A participação na licitação implica na aceitação, integral e irretratável do conteúdo deste Termo de Referência.

23 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

23.1 O serviço ofertado deverá estar plenamente de acordo com a especificação constante no presente termo de referência.

24 DECLARAÇÕES LEGAIS:

24.1 Declaro para os devidos fins que o presente Termo de Referência, acha-se de acordo com o preconizado no inciso I, § 2º do artigo 7º da Lei 8666/93.

25 APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

25.1 APROVO o presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, pois constatei que o mesmo atende as condições previstas no inciso I, do §. 2º, do artigo 7º, da Lei 8666/93.

GUILHERME ALVES BARREIROS
Respondendo pela Secretaria Geral de Administração



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
LISTA DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA ARTÍFICES

ITEM	EQUIPAMENTO	MEDIDA	QTD	VIDA ÚTIL
1	Alicate de pressão 10"	Unid	4	24
2	Alicate universal 8"	Unid	4	24
3	Arco de serra 12"	Unid	4	24
4	Caixa para ferramentas grande	Unid	4	24
5	Chave inglesa nº 08	Unid	4	36
6	Colher de pedreiro	Unid	4	24
7	Escada com 9 degraus	Unid	2	24
8	Espátula de aço	Unid	4	36
9	Esquadro de alumínio	Unid	4	24
10	Extensão de fio elétrico – 10m	Unid	2	36
11	Formão chanfrado ½'	Unid	4	36
12	Furadeira de impacto	Unid	2	24
13	Jogo chave de fenda 5pç	Unid	4	12
14	Jogo de brocas para concreto S6/ S8/S10/S12	Unid	2	12
15	Jogo de brocas para ferro S6/ S8/S10/S12	Unid	2	12
16	Jogo de serra copo	Unid	2	12
17	Jogo de tarraxa 1.1/4 a 2" PVC	Unid	1	36
18	Lâmina para arco de serra	Unid	16	12
19	Marreta de ½ kg	Unid	2	36
20	Martelo 27 mm unha	Unid	4	36
21	Pá de bico com cabo	Unid	2	36
22	Plaina nº 2	Unid	2	24
23	Prego tamanho 2 ½ x10 – 10kg	Unid	2	12
24	Prumo para pedreiro	Unid	4	12
25	Rebitadeira	Unid	4	24
26	Talhadeira 10"	Unid	3	24



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

27	Torquês carpinteiro	Unid	4	36
28	Trena 5m	Unid	4	24
29	Jogo ponteira canhão 8/10/11/12/13	Unid	1	12
30	Jogo ponteira philips gedore ou similar	Unid	1	12
31	Disco corte ferro	Unid	10	12
32	Disco corte de madeira	Unid	10	12
33	Jogo de chave hallen polegadas	Unid	1	24
34	Jogo chave hallen mm	Unid	1	24
35	Estilete	Unid	4	12
36	Jogo chave Torx	Unid	1	24
37	Chave grifo	Unid	2	24
38	lubrificante w40 ou similar 300ml	Unid	5	12
39	Lanterna led	Unid	2	24
40	Alicate de bico 4	Unid	4	24
41	alciate de corte gedore ou similar	Unid	4	24
42	Aplicador de silicone	Unid	2	24
43	jogo de soquete 8mm a 32mm	Unid	1	24
44	Parfussadeira	Unid	2	24
TOTAL ANUAL				



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

LISTA DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA ELETRICISTA DE ALTA TENSÃO e APONTADOR

ITEM	EQUIPAMENTO	MEDIDA	QTD	VIDA ÚTIL
1	Alicate amperímetro digital	Unid	2	36
2	Luva de Cobertura	Par	2	36
3	Talabarte de Posicionamento	Unid	2	36
4	Corda Trava queda 12 mm com 20m	Unid	2	24
5	Trava queda	Unid	2	36
6	Mosquetão de alumínio	Unid	8	36
7	Macacão com tratamento anti-chama	Unid	2	36
8	Jogo Chave de fenda	Unid	1	12
9	Jogo Chave Philips	Unid	1	12
10	Alicate corte diagonal 6"	Unid	2	24
11	Alicate de Pressão	Unid	2	24
12	Alicate de bico chato 6"	Unid	2	24
13	Alicate desencapador	Unid	2	24
14	Alicate universal 8"	Unid	2	24
15	Arco de serra	Unid	2	12
16	Caixa de ferramenta grande	Unid	2	24
17	Arrebitadeira pequena	Unid	2	24
18	Escada de fibra de vidro 2,40 m extensível/abrir	Unid	1	24
19	Lâminas para arco de serra	Unid	2	12
20	Parafusadeira recarregável	Unid	2	24
21	Furadeira elétrica	Unid	1	24
22	Guia puxa fio	Unid	2	12
23	Lanterna	Unid	2	24
24	Broca S6	Unid	10	12
25	Broca S8	Unid	10	12
26	Broca S10	Unid	5	12



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

27	Broca S12	Unid	5	12
28	Trena 5m	Unid	2	24
TOTAL				



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
PLANILHA DE CUSTOS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

O arquivo que constitui este Anexo está disponível aos interessados juntamente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 28/2022 do TCE-AM no sistema Comprasnet (UASG 925459) (www.comprasgovernamentais.gov.br) ou por meio do portal do TCE-AM na internet, no endereço eletrônico:

(https://www2.tce.am.gov.br/?page_id=40573)

Caso não seja possível o acesso ao arquivo por meio do portal do TCU ou no sistema Comprasnet, as licitantes poderão solicitá-lo por meio de mensagem de correio eletrônico ao Endereço cpl@tce.am.gov.br.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INSUMOS

Motorista de Carro Pesado - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Camisa social manga comprida				
Sapato				
Crachá				
Meia				
Gravata				
Cinto				
Terno				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Assistência Médico-Hospitalar	
Assistência Médico-Hospitalar	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Garçom - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Camisa social manga comprida				
Sapato				
Crachá				
Meia				
Terno				
Gravata borboleta				
Cinto				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 10%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Plano Odontológico	
Valor do Plano Odontológico	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Recepcionista - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Camisa social manga comprida				
Sapato				
Crachá				
Meia				
Terno feminino				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 10%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Plano Odontológico	
Valor do Plano Odontológico	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Motociclista Entregador - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Camisa social manga comprida				
Pasta impermeável				
Bota de PVC				
Capa de PVC				
Luva protetora				
Capacete				
Crachá				
Meia				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 10%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Assistência Médico-Hospitalar	
Assistência Médico-hospitalar	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Equipamentos				
Item	Valor Unit.R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Moto Honda CG NXR 160 BROS 2020 - Tabela FIP				
Manutenção em Geral				
Total				

Combustível			
Item	Valor litro R\$	Quantidade Litro	Custo mensal por empregado (R\$)
Comb. Mensal (Vlr.) - Média em xx/xx/xxxx			



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ascensorista - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Camisa				
Sapato				
Crachá				
Meia				
Terno				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 10%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Plano Odontológico	
Valor do Plano Odontológico	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Artífice - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Camisa				
Crachá				
Meia				
Luva vaqueta sem elástico				
Botina				
Luva tipo isolante de borracha 10Kv				
Capacete				
Cinto de Segurança tipo alpinista				
Óculos de proteção				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 10%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Plano Odontológico	
Valor do Plano Odontológico	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ferramentas dos Artífices					
Item	Valor Unit.R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal (R\$)	Custo mensal por empregado (R\$)
Alicate de pressão 10"					
Alicate universal 8"					
Arco de serra 12"					
Caixa para ferramentas grande					
Chave inglesa nº 08					
Colher de pedreiro					
Escada com 9 degraus					
Espátula de aço					
Esquadro de alumínio					
Extensão de fio elétrico – 10m					
Formão chanfrado ½'					
Furadeira de impacto					
Jogo chave de fenda 5pç					
Jogo de brocas para concreto S6/ S8/S10/S12					
Jogo de brocas para ferro S6/ S8/S10/S12					
Jogo de serra copo					
Jogo de tarraxa 1.1/4 a 2" PVC					
Lâmina para arco de serra					
Marreta de ½ kg					
Martelo 27 mm unha					
Pá de bico com cabo					
Plaina nº 2					
Prego tamanho 2 ½ x10 – 10kg					
Prumo para pedreiro					
Rebitadeira					
Jogo de Talhadeira 10"					
Torquês carpinteiro					
Trena 5m					
Jogo ponteira canhão 8/10/11/12/13					
Jogo ponteira philips gedore ou					



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

similar					
Disco corte ferro					
Disco corte de madeira					
Jogo de chave hallen polegadas					
Jogo chave hallen mm					
Estilete					
Jogo chave Torx					
Chave grifo					
Lubrificante w40 ou similar 300ml					
Lanterna led					
Alicate de bico 4					
Alciate de corte gedore ou similar					
Aplicador de silicone					
jogo de soquete 8mm a 32mm					
Parafusadeira					
TOTAL					



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Eletricista - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Camisa				
Crachá				
Meia				
Luva vaqueta sem elástico				
Botina				
Luva tipo isolante de borracha 10Kv				
Capacete				
Cinto de Segurança tipo alpinista				
Óculos de proteção				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 10%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
N° passagens/ dia	
N° de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Plano Odontológico	
Valor da Plano Odontológico	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ferramentas do Eletricista de alta tensão					
Item	Valor Unit.R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal (R\$)	Custo mensal por empregado (R\$)
Alicate amperímetro digital					
Luva de Cobertura					
Talabarte de Posicionamento					
Corda Trava queda 12 mm com 20m					
Trava queda					
Mosquetão de alumínio					
Macacão com tratamento anti-chama					
Jogo Chave de fenda					
Jogo Chave Philips					
Alicate corte diagonal 6"					
Alicate de Pressão					
Alicate de bico chato 6"					
Alicate desencapador					
Alicate universal 8"					
Arco de serra					
Caixa de ferramenta grande					
Arrebitadeira pequena					
Escada de fibra de vidro 2,40 m extensível/abrir					
Lâminas para arco de serra					
Parafusadeira recarregável					
Furadeira elétrica					
Guia puxa fio					
Lanterna					
Broca S6					
Broca S8					
Broca S10					
Broca S12					
Trena					
TOTAL					



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Copeiro - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Camisa				
Sapato				
Crachá				
Meia				
Luva de PVC				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 10%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Plano Odontológico	
Valor do Plano Odontológico	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Sonoplasta - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Camisa social				
Sapato				
Crachá				
Meia				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 10%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Plano Odontológico	
Valor da Plano Odontológico	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Assistente Administrativo - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Camisa social manga comprida				
Sapato				
Crachá				
Meia				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 10%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Plano Odontológico	
Valor da Plano Odontológico	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Auxiliar de Saúde Bucal - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Blusa				
Sapato				
Luva Nitrílica				
Crachá				
Meia				
Jaleco				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 2,8%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Assistência Médico-Hospitalar	
Assistência Médico-Hospitalar	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Técnico de Enfermagem - Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Blusa				
Sapato				
Luva Nitrílica				
Crachá				
Meia				
Jaleco				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 10%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Plano Odontológico	
Valor do Plano Odontológico	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Apontador Geral - Fardamento /EPI conforme Anexo II				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça				
Camisa				
Crachá				
Meia				
Luva vaqueta sem elástico				
Botina				
Luva tipo isolante de borracha 10Kv				
Capacete				
Cinto de Segurança tipo alpinista				
Óculos de proteção				
TOTAL				

Alimentação	
Valor do ticket	
Qde. Ticket/mês	
Valor Total	
Participação do empregado 10%	
Participação da empresa	

Transporte	
Valor da passagem	
Nº passagens/ dia	
Nº de dias trabalhados/mês	
Valor total das passagens	
Participação do empregado 6%	
Participação da empresa	

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	

Plano Odontológico	
Valor do Plano Odontológico	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ferramentas do Apontador					
Item	Valor Unit.R\$	Vida útil (meses)	Quantidade	Custo mensal (R\$)	Custo mensal por empregado (R\$)
Alicate amperímetro digital					
Luva de Cobertura					
Talabarte de Posicionamento					
Corda Trava queda 12 mm com 20m					
Trava queda					
Mosquetão de alumínio					
Macacão com tratamento anti-chama					
Jogo Chave de fenda					
Jogo Chave Philips					
Alicate corte diagonal 6"					
Alicate de Pressão					
Alicate de bico chato 6"					
Alicate desencapador					
Alicate universal 8"					
Arco de serra					
Caixa de ferramenta grande					
Arrebitadeira pequena					
Escada de fibra de vidro 2,40 m extensível/abrir					
Lâminas para arco de serra					
Parafusadeira recarregável					
Furadeira elétrica					
Guia puxa fio					
Lanterna					
Broca S6					
Broca S8					
Broca S10					
Broca S12					
Trena					
TOTAL					



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DOS UNIFORMES

1. Orientação geral: para os cargos em que houver a possibilidade de designação de profissional de ambos os sexos (copeiro, assistente administrativo, técnico de enfermagem e auxiliar de saúde bucal), o licitante deverá estimar o custo médio do conjunto de uniforme MASCULINO e FEMININO.

UNIFORME/EPI			
MOTORISTA			
MASCULINO			
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	Qtde. Semestral
01	Calça	Tecido Oxford , gabardine ou microfibra ou similar de boa qualidade cor preto.	2
02	Terno	Tecido Oxford , gabardine ou microfibra ou similar de boa qualidade cor preto com 2 botões.	2
03	Camisa social manga comprida	Tecido tipo misto ou algodão cor da blusa branca, boa qualidade.	2
04	gravata	Cor preto tecido microfibra ou similar de boa qualidade	2
05	Sapato	Cor preto social em couro.	1
06	Cinto	Cor preto em couro	1
07	Meia	Meia social , cor preta., com boa qualidade	2
08	Crachá	Deve levar o logotipo da empresa, a foto do funcionário, com seu nome, sobrenome, função ocupada e RG.	1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIFORME			
GARCOM			
MASCULINO			
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	Qtde. Semestral
01	Terno	Tecido Oxford, gabardine ou microfibra ou similar de boa qualidade cor preto com 2 botões.	2
02	Calça	Tecido Oxford, gabardine ou microfibra ou similar de boa qualidade cor preto.	2
03	Camisa social manga comprida	Tecido tipo misto ou algodão cor da blusa branca, boa qualidade.	2
04	Gravata	Tipo borboleta Cor preto tecido microfibra ou similar de boa qualidade	2
05	Sapato	Cor preto social em couro.	1
06	Cinto	Cor preto em couro	1
07	Meia	Meia social , cor preta., com boa qualidade	2
08	Crachá	Deve levar o logotipo da empresa, a foto do funcionário, com seu nome, sobrenome, função ocupada e RG.	1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIFORME/EPI			
RECEPCIONISTA/ASCENSORISTA			
FEMININO			
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	Qtde. Semestral
01	Calça Feminino	Cor preta ou azul marinho, tecido tipo microfibra, gabardine ou Oxford, ou similar de boa qualidade,	2
02	Terno feminino	Cor preta ou azul marinho, tecido tipo microfibra, gabardine ou Oxford, ou similar de boa qualidade, Terno forrado internamente, inclusive nas mangas.	2
03	Camisa social manga comprida	Tecido tipo misto (algodão e poliéster), gola com entretela compatível com o modelo, emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo cor branca, de boa qualidade.	2
04	Sapato	Cor preta, de boa qualidade, salto médio, de couro, tipo scarpin ou estilo boneca.	1
05	Meia	Finas, ¾ ou meia-calça, cor bege, de boa qualidade.	2
06	Crachá	Deve levar o logotipo da empresa, a foto do funcionário, com seu nome, sobrenome, função ocupada e RG.	1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIFORME/EPI			
MOTOCICLISTA			
MASCULINO			
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	Qtde. Semestral
01	Calça	tecido tipo jeans, boa qualidade.	2
02	Camisa social manga comprida	Tecido tipo poli viscoce, microfibra, gabardine ou oxford, ou similar, de boa qualidade.	2
03	Bota de PVC	cor preto de couro de boa qualidade	1
04	Capa de PVC	Boa qualidade	1
05	Luva protetora	Cor preto	1
06	Pasta impermeável	Tipo para documentos Cor preto	2
07	Capacete	Boa qualidade	1
08	Meia	Tipo algodão comprida cor branca	2
09	Crachá	Deve levar o logotipo da empresa, a foto do funcionário, com seu nome, sobrenome, função ocupada e RG.	1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIFORME/EPI			
ARTIFÍCIO			
MASCULINO			
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	Qtde. Semestral
01	Calça	tecido tipo jeans, boa qualidade.	2
02	Camisa manga curta e longa	Tecido tipo misto (algodão e poliéster) ou similar com 2 (duas) blusas curta tipo polo e 2 (duas) manga compridas.	2
03	Botina	Tipo pvc com boa qualidade	1
04	Cinto de segurança	Tipo paraquedista ou alpinista ou similar	1
05	Capacete	Cor branca	1
06	Meia	Meia cano longo tipo algodão cor branca.	2
07	Luva	Tipo isolante de borracha- 10kv	1
08	Luva vaqueta	Sem elástico	1
09	Óculos de proteção	Incolor Anti-Risco Spectra 2000 CARBOGR- 012228512 ou similar	1
10	Crachá	Deve levar o logotipo da empresa, a foto do funcionário, com seu nome, sobrenome, função ocupada e RG.	1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIFORME/EPI			
ELETRICISTA DE ALTA TENSÃO/APONTADOR GERAL			
MASCULINO			
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	Qtde. Semes tral
01	Calça	tecido tipo jeans, boa qualidade.	2
02	Camisa manga curta e longa	Tecido tipo misto (algodão e poliéster) ou similar com 2 (duas) blusas curta tipo polo e 2 (duas) manga compridas.	2
03	Botina	Tipo pvc com boa qualidade	1
04	Cinto de segurança	Tipo paraquedista ou alpinista ou similar	1
05	Capacete	Cor branca	1
06	Meia	Meia cano longo tipo algodão cor branca.	2
07	Luva	Tipo isolante de borracha- 10kv	1
08	Luva vaqueta	Sem elástico	1
09	Óculos proteção	Incolor Anti-Risco Spectra 2000 CARBOGR- 012228512	1
10	Crachá	Deve levar o logotipo da empresa, a foto do funcionário, com seu nome, sobrenome, função ocupada e RG.	1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIFORME/EPI			
COPEIRO			
MASCULINO/FEMININO			
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	Qtde. Semestral
01	Calça	Cor preta, tecido tipo microfibra, gabardine ou Oxford ou similar, de boa qualidade,	2
02	Camisa social manga comprida	Tecido tipo misto (poliéster e algodão) ou similar, cor branca.	2
03	Sapato	Estilo social ou bidensidade de poliuretano, ou similar boa qualidade.	1
04	luva	Tipo pvc	1
05	Meia	Feminino :Tipo meia calca ou ¾ bege cor bege - Masculino: meia social	2
06	Crachá	Deve levar o logotipo da empresa, a foto do funcionário, com seu nome, sobrenome, função ocupada e RG.	1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIFORME/EPI			
SONOPLASTA			
MASCULINO			
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	Qtde. Semestral
01	Calça	Cor preta, tecido tipo gabardine ou microfibra ou Oxford ou similar, boa qualidade.	2
02	Camisa social manga comprida	Tecido tipo misto (poliéster e algodão) ou similar, cor branca	2
03	Sapato	Cor preto social em couro.	1
04	Meia	Meia social cor preto	2
05	Crachá	Deve levar o logotipo da empresa, a foto do funcionário, com seu nome, sobrenome, função ocupada e RG.	1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIFORME/EPI			
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO			
MASCULINO/FEMININO			
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	Qtde. Semestral
01	Calça	Cor preta, tecido tipo gabardine ou microfibra ou Oxford ou similar, boa qualidade.	2
02	Camisa social manga comprida	Tecido tipo misto (poliéster e algodão) ou similar, cor branca	2
03	Sapato	Masculino: Cor preto social em couro. Feminino Cor preta, de boa qualidade, salto médio, de couro, tipo scarpin ou estilo boneca ou similar	1
04	Meia	Masculino: Meia social cor preto - Feminino: Tipo meias Finas, $\frac{3}{4}$ ou meia-calça, de boa qualidade, cor bege.	2
05	Crachá	Deve levar o logotipo da empresa, a foto do funcionário, com seu nome, sobrenome, função ocupada e RG.	1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIFORME/EPI			
AUXILAR DE SAÚDE BUCAL			
FEMININO/MASCULINO			
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	Qtde. Semestral
01	Calça	Cor branca tecido tipo Bi stretch 100% poliéster ou similar.	2
02	Blusa	Cor branca tecido tipo Bi stretch 100% poliéster , c dois bolsos	2
03	Jaleco	Tipo de Tecido tricoline (100% algodão), gabardine (um tipo de microfibra), oxford, oxfordine. Bordado com o nome e função.	2
04	Sapato	Tipo tênis ou bidensidade de poliuretano ou similar.	1
05	luva	Tipo nitrílica cor amarela	1
06	Meia	Tipo Finas cor branca,	2
07	Crachá	Deve levar o logotipo da empresa, a foto do funcionário, com seu nome, sobrenome, função ocupada e RG.	1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIFORME/EPI			
TECNICO DE ENFERMAGEM			
FEMININO/MASCULINO			
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	Qtde. Semestral
01	Calça	Cor branca tecido tipo Bi stretch 100% poliéster ou similar.	2
02	Blusa	Cor branca tecido tipo Bi stretch 100% poliéster , c dois bolsos	2
03	Jaleco	Tipo de Tecido tricoline (100% algodão), gabardine (um tipo de microfibra), oxford, oxfordine. Bordado com o nome e função.	2
04	Sapato	Tipo tênis ou bidensidade de poliuretano ou similar.	1
05	luva	Tipo nitrílica cor amarela	1
06	Meia	Tipo Finas cor branca,	2
07	Crachá	Deve levar o logotipo da empresa, a foto do funcionário, com seu nome, sobrenome, função ocupada e RG.	1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº XX/2022

QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAZONAS, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS NA QUALIDADE DE CONTRATANTE, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX, NA QUALIDADE DE CONTRATADA, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

Aos XXXX dias do mês de XXXXXXX do ano de dois mil e vinte e dois (XX/XX/2022), nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na sede do TCE/AM, situada à Av. Efigênio Salles, nº 1155, Parque 10 de Novembro, CEP 69.055-736, presentes, de um lado, o Estado do Amazonas, por intermédio do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM**, CNPJ 05.829.742/0001-48, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, Conselheiro **ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, RG 607xxx - SESEG/AM, CPF 181.xxx.xxx-53, e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ XXXXXXXXXXXX, estabelecida na avenida XXXXXXXXXXX, Bairro XXXXX, CEP XXXXXX, Manaus/AM, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal (procuração em anexo), Sr. XXXXXXXXXXX, brasileiro, RG XXXXXX CPF XXXXXXXX.XX, pactuam o presente Contrato nº XX/2022, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2022, publicada no DOE/TCE/AM de XX/XX/2022 (edição XXX, pág. XX), tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 11321/2022/2022-SEI/TCE/AM, doravante referido apenas por PROCESSO, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA, na presença das testemunhas adiante nominadas, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666/93, com suas alterações, e demais legislações complementares e/ou ulteriores acerca da espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO, pelo período de 12 (doze) meses, de empresa especializada no fornecimento de mão de obra terceirizada de várias categorias profissionais sob dedicação exclusiva, com disponibilização de **50 (cinquenta)** profissionais conforme discriminados abaixo:

- I. **08** (oito) Motoristas de carro pesado;
- II. **06** (seis) garçons;
- III. **06** (seis) recepcionistas;
- IV. **03** (três) ascensoristas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- V. **05** (cinco) motoboys;
- VI. **04** (quatro) artífices;
- VII. **01** (um) eletricista de Alta Tensão;
- VIII. **02** (dois) copeiros;
- IX. **01** (um) sonoplasta;
- X. **01** (um) Apontador Geral;
- XI. **09** (nove) Assistente Administrativo;
- XII. **03** (três) Auxiliares de Saúde Bucal;
- XIII. **01** (um) Técnico de Enfermagem

1.2 Para todos os efeitos legais e melhor caracterização dos SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, a serem prestados neste Tribunal de Contas, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos: Propostas de Empresas e Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Os serviços ora contratados serão executados sob o regime de tarefa, nos termos do art. 10, II, “d” da Lei 8.666/93 e suas alterações.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A contratada, é única além do fornecimento de mão de obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

3.2 A contratada, além do fornecimento de mão de obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

3.3 Responsabilizar-se, integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, responsabilizando-se em indenizar o TCE caso empregado ou seu preposto danifique, quebre ou avarie qualquer equipamento ou material usado durante os serviços;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 3.4 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestado de boa conduta e demais referenciais, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 3.5 Manter a disciplina nos locais de serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- 3.6 Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás;
- 3.7 Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 3.8 Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução de serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- 3.9 Identificar, todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, conforme o Termo de referência;
- 3.10 Implementar de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências Objeto dos serviços;
- 3.11 Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local de trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao fiscal e/ou gestor responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tom2Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das Normas Disciplinares determinadas pela Administração;
- 3.12 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 3.13 Preparar, corrigir, refazer ou substituir todas e quaisquer imperfeições, vícios ou defeitos nos serviços;
- 3.14 Fornecer a seus empregados todos os EPIS (Equipamentos de Proteção Individual) previstos nas legislações federal, estadual ou municipal e nas normas de segurança da Administração, tais como apresentado no termo Referência;
- 3.15 Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios na área da Administração;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 3.16 Registrar e controlar, juntamente com o fiscal/gestor do contrato da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- 3.17 Fornecer a seus colaboradores 04 (quatro) jogos de uniformes por ano, podendo a troca de uniforme ser feita todas as vezes que a FISCALIZAÇÃO julgar que os utilizados não preenchem mais os requisitos de boa aparência necessários à execução dos serviços.
- 3.18 Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para-fiscais, que incidem ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços contratados.
- 3.19 Empregar, na execução dos serviços, motociclista (motoboy) devidamente qualificado (possuidor de Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “A”), o qual deve ser identificado por crachá – com n.ºs de RG e CPF e fotografia recente – equipado com celular ou rádio comunicador e com os devidos equipamentos de segurança (capacete, luvas, jaqueta, calça jeans, botas e roupa apropriada para chuva).
- 3.20 Empregar, na execução dos serviços, motoristas devidamente qualificados (possuidor de Carteira Nacional de Habilitação – Categoria no mínimo “D”), o qual deve ser identificado por crachá – com n.ºs de RG e CPF e fotografia recente – equipado com celular ou rádio comunicador.
- 3.21 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93, no inciso XIII, do artigo 55, sob pena de retenção dos pagamentos, até que a pendência seja sanada.
- 3.22 Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas em caso de acidente e informar imediatamente ao CONTRATANTE.
- 3.23 Encaminhar, bimestralmente, histórico do DETRAN com as penalidades, que porventura ocorreram aos motoristas e motociclistas que prestam serviços ao CONTRATANTE.
- 3.24 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.
- 3.25 Não subcontratar outra empresa para a execução dos serviços objeto deste Contrato ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante.
- 3.26 Assumir todas as responsabilidades de tráfego (multas, impostos – quando de sua propriedade, estacionamentos, taxas, etc.).
- 3.27 Responsabilizar-se por todas as despesas com o veículo de sua propriedade, inclusive as relativas a combustível, manutenção, acidentes, licenciamentos e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços contratados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.28 Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os motociclistas, necessários à perfeita execução dos serviços, pagando-lhes salários compatíveis, de valor igual ou superior ao piso salarial estabelecido para categoria, bem como os benefícios de praxe.

3.29 Responder por eventuais indenizações, reparações, multas ou despesas a que for condenado, em virtude de demandas ajuizadas por terceiros e fundadas em danos causados, no decorrer da execução do futuro contrato, por dolo ou culpa ou de seus empregados e preposto.

3.30 Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, INSENTANDO o tribunal de contas de qualquer responsabilidade quanto a estes encargos, que com eles não manterá nenhum vínculo empregatício nem subordinação de nenhuma espécie;

3.31 Fornecer a seus empregados vale transporte, nos termos da Lei Federal 7.418, de 16.12.85, cujo regulamento foi aprovado pela Lei 7.855 de 1989;

3.32. Fornecer vale refeição de acordo com os valores estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho, obedecendo à legislação trabalhista pertinente à espécie.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

4.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, nos termos da legislação vigente.

4.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo.

4.4. Notificar por escrito à Contratada a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

4.5. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços junto ao TCE/AM.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O TCE/AM pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ XXXXX (XXXXXX), perfazendo o valor global de R\$ XXXX (XXXXX), conforme permissivo legal vigente.

5.2 A CONTRATADA deverá emitir Documento Fiscal/Fatura, que deverá ser encaminhado à SEGER juntamente com Requerimento, Recibo e Certidões Negativas de Débitos da CONTRATADA (FGTS,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Receita Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Trabalhista), GFIP, Folha de Pagamento, Décimo Terceiro Salário, CR-FGTS, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, CIPA, Recolhimento Previdenciário, Salário Família, Comunicações de Acidente de Trabalho, Notas Fiscais de Retenção, Termo de Rescisão do Contrato de trabalho com Homologação, Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRFC, Aviso Prévio/Pedido de Demissão, dentre outros..

5.3 O pagamento será efetuado, Após o atesto do fiscal e a análise da documentação pelos setores competentes deste TCE/AM, será realizado o pagamento da CONTRATADA, por meio de Ordem Bancária em conta corrente indicada na Fatura, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

6.1 É admitida a repactuação dos preços deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do acordo, ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta e adotados para elaboração desta.

6.1.1 Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da Remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, neste caso contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.

6.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

6.3. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.

6.4. Ocorrerá igualmente a preclusão do direito à repactuação caso o pedido seja formulado depois de extinto o contrato.

6.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

6.6. Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento – e por meio do mesmo instrumento –

em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos dos itens acima

6.7 O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

6.8. É admitido, por ocasião da repactuação, o reajuste dos custos com insumos e materiais, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta.

6.9 Se, no momento da repactuação, a CONTRATADA ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos deste item, ocorrerá somente a repactuação, podendo, a CONTRATADA, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de 12 (doze) meses), solicitar o reajuste de direito.

6.10 O valor proposto poderá ser reajustado, observado intervalo mínimo de 01(um) ano pelo índice do IPCA, conforme dispõe a legislação em vigência, ou quando ocorrerem motivos de força maior que desequilibrem a equação econômica e financeira do Contrato, situação que deverá ser apontada e comprovada pela CONTRATADA, para que o TCE/AM examine e decida pelo reajustamento excepcional, fora do prazo acima estabelecido.

6.11. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta das Dotações Orçamentárias que seguem, no Programa de Trabalho 01.126.0056.2056.0001: Natureza de Despesa 33903799; Fonte de Recursos 01000000; Nota de Empenho 2022NE000000, emitida em XX/XX/2022,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

8. CLÁUSULA OITAVA DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

8.1. O serviço ofertado deverá estar plenamente de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e no Edital.

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E PRAZOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 A vigência do contrato decorrente deste Termo será de 12 (doze) meses, partir de XXX,., podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea e autorizado formalmente pela autoridade competente:

9.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

9.1.2. A Administração do TCE/AM tenha interesse na continuidade dos serviços;

9.1.3 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para Administração do TCE/AM;

9.1.4 A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO INADIMPLEMENTO E DAS SANÇÕES

10.1. Durante a execução do contrato, se ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplência contratual de que possa ser responsabilizada a CONTRATADA, conforme o caso, incursa nas penalidades e sanções, assegurada a ampla defesa, de:

I. Advertência;

II. Multa;

- a) Multas moratórias de 1% (um por cento) do valor do Contrato por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem justificativas aceitas pelo TCE-AM;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto da licitação não realizada, na hipótese da rescisão administrativa, se o Contratado recusar-se a executá-lo;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens solicitados, em caso de recusa do prestador de serviços em assinar o contrato, e;
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens cotados pela PRESTADORA DE SERVIÇOS, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas da Ata de Registro de Preços.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Corte de Contas pelo prazo de 2 (dois) anos consecutivos;

IV. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação.

10.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

10.3. As sanções previstas nos itens “I”, “III” e “IV” poderão ser aplicadas juntamente com o item “II”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

10.4. A sanção estabelecida no item “IV” é de competência exclusiva da Presidente do Tribunal de Contas, da Secretaria Geral de Administração, quando tal competência for delegada a esta, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

10.5. As sanções previstas nos itens “III” e “IV” poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666/1993:

- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticado.

10.6. As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à CONTRATADA a **prévia e ampla defesa**, na via administrativa.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO, DO IMPEDIMENTO DE CONTRATAR E DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

11.1. Caberá declaração de suspensão temporária do direito de participar de licitação, ou do impedimento para contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa participar de licitação, ou do impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a sanção; já a declaração de inidoneidade para licitar e contratar é aplicável à Administração Direta e Indireta da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) ou de 10 (dez) dias, conforme se trate de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade, respectivamente.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

11.2 As sanções a que se refere esta cláusula serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

11.3 O prazo de suspensão do direito de participar de licitação e do impedimento para contratar não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

11.4 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar persistirá enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que se promova a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou, após 02 (dois) anos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

12.1 A CONTRATADA garante os serviços executados, comprometendo-se a corrigir qualquer defeito que se verifique no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da data de conclusão dos mesmos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido em uma das hipóteses elencadas pelo art. 78, através de uma das formas prescritas pelo art. 79, ambos da Lei nº 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E DOS CASOS OMISSOS -

14.1. Este contrato somente poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, e os casos omissos ou quaisquer dúvidas serão solucionadas mediante consultas ESCRITAS, firmando-se em ambos os casos, termo de aditamento.

14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar as mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços ora contratados, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme artigo 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/1993.

14.3 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para os serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

14.4 No caso de supressão dos serviços, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão desde que regularmente comprovados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

14.5 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

14.6 Incumbe, obrigatoriamente, à CONTRATADA comunicar ao CONTRATANTE os eventos previstos no parágrafo anterior e repassar-lhe os acréscimos ou diminuição dos preços dos serviços ora contratados, sob pena, de no caso de redução do valor dos serviços, a ser obrigada a indenizar imediatamente o CONTRATANTE com a cominação das demais penalidades cabíveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1 A CONTRATADA, no prazo de 10 (dias) úteis, prorrogáveis por igual período, à critério do CONTRATANTE, após a assinatura do instrumento contratual, prestará garantia no valor correspondente a 3% (três por cento) do valor global do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste instrumento, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.3 O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

15.4 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

15.5 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- i. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- ii. prejuízos causados ao contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- iii. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo contratante à Contratada;
- iv. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CESSIONÁRIA.

15.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados na IN SEGES/MP Nº 05/2017.

15.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica a ser indicada pelo Cedente, com correção monetária.

15.8 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

15.9 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.10 O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- 1. Caso fortuito ou força maior;
- 2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- 3. Descumprimento das obrigações pela CESSIONÁRIA decorrentes de atos ou fatos praticados pelo CONTRATANTE;
- 4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do CONTRATANTE.

15.11 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

15.12 Será considerada extinta a garantia:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATADA, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA A cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a CESSIONÁRIA não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

15.3 Eventuais omissões acerca da garantia contratual serão regidas pela INSGES/MPNº05/2017.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

16.1 A CONTRATADA e seus representantes legais apresentarão neste ato os documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente, inclusive a Certificação de Regularidade dos órgãos fiscais e previdenciários públicos, a que estiver vinculada.

16.2 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE a documentação a seguir relacionada:

16.2.1 Mensalmente, acompanhando a nota fiscal/fatura referente ao serviço prestado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:

16.2.1.1. Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;

16.2.1.2. Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;

16.2.1.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

16.2.1.4. Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

16.2.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

16.3. Os documentos relacionados nos subitens 16.2.1 a 16.2.1.5 poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

16.4. Documentação adicional:

16.4.1 No prazo de 15 (quinze) dias, caso solicitado pelo fiscal do contrato:

16.4.1.2 Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA;

16.4.1.3. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

16.4.1.4. Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

16.4.1.5 Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

16.4.1.6 Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA O INÍCIO E O TÉRMINO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, OU EM CASO DE ADMISSÃO/DEMISSÃO DE EMPREGADOS:

17.1 No primeiro mês da prestação dos serviços:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

17.1.1. Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG, CPF e documento que comprove a qualificação mínima ou a qualificação técnico-profissional exigida;

17.1.1.2 Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências da CONTRATANTE de empregados não inclusos na relação.

17.1.1.3. Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à FISCALIZAÇÃO.

17.1.1.4 Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novos empregados, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA.

17.1.1.5 Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que foram demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

17.1.1.6 Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

17.1.1.7. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

4.2.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

17.2. Recebimento da documentação

17.2.1. Recebida a documentação mencionada nesta cláusula do contrato deverá apor a data de entrega ao TCE/AM e assiná-la.

17.2.2. Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento de diligência da FISCALIZAÇÃO, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

17.2.3. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CESSÃO

18.1 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência total ou parcial, a não ser **com prévia e expressa anuência do CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

18.2 O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

18.3 O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

19.1 A rescisão determinada por ato unilateral da CONTRATANTE acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a CONTRATADA, desde já, os direitos do CONTRATANTE de:

19.1.1 Assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;

19.1.1.2 Ocupação e utilização, se for o caso, do local, instalações, equipamentos, material e pessoal envolvidos na execução deste contrato;

19.1.1.3 Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS RECURSOS

20.1 Contra as decisões que tiverem aplicado penalidades, a CONTRATADA poderá, sempre sem efeito suspensivo:

20.1.1 Interpor recursos para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da ciência que tiver da decisão que aplicar as penalidades de advertência e multa;

20.1.2 Interpor recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da publicação do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

decisão de suspensão do direito de licitar, impedimento de contratar ou rescindir administrativamente o contrato;

20.1.3 Formular pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Amazonas.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

21.1. A Fiscalização será exercida por servidores designados pela Secretaria Geral deste Tribunal, conforme o art. 67 da Lei 8.666/93.

22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- CLÁUSULA ESSENCIAL

22.1 Constitui, também, cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de exceção de inadimplemento, como fundamento para a unilateral interrupção da prestação de serviços, exceto nos casos previstos na Lei n 8.666/93.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recorrer os serviços/materiais, no todo ou em parte, sempre que não atenderem ao estipulado neste Termo ou padrões técnicos de qualidade exigíveis.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO CONTRATUAL

24.1 As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado do Amazonas, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos da execução deste contrato.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO -

25.1 A publicação do extrato deste Termo, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM, será providenciada pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

25.2 De tudo, para constar, foi lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente do TCE/AM

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Ass.: _____

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

Ass.: _____

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II DO EDITAL MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SUBCONDIÇÃO 37.3 DO EDITAL)

Declaramos que a empresa _____ inscrita no CNPJ
(MF) nº, _____, possui os seguintes contratos firmados com a
iniciativa privada e a Administração Pública:

Contratante	CNPJ	Nº/Ano do contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Valor anual
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO 38.4 DO EDITAL

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos

OBS: Esse resultado deverá ser superior a 1.

COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO 39 DO EDITAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

$$\frac{(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos})}{\text{Valor da receita bruta}} \times 100 =$$

OBS: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), a licitante deverá apresentar, concomitantemente, as devidas justificativas.

JUSTIFICATIVA PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL MAIOR QUE 10%

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000421/2022

Data Base da Categoria: 1º de Setembro

Categoria Profissional: Motorista de Carro Pesado

Remuneração		R\$
Salário- Base		2.556,42
Adicional de Periculosidade	0%	-
Valor da remuneração		2.556,42

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	511,28
FGTS	8,00%	204,51
SESC	1,50%	38,35
SENAC	1,00%	25,56
SEBRAE	0,60%	15,34
INCRA	0,20%	5,11
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2,50%	63,91
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	153,39
Total	39,80%	1.017,45

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	210,65
Auxílio-Doença	2,68%	68,51
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	3,32
Licença Paternidade	0,01%	0,26
Acidente De Trabalho	0,01%	0,26
Faltas Legais	0,76%	19,43
Treinamento	0,33%	8,44
Total	12,16%	310,87

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	70,30
13º Salário	9,33%	238,51
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	3,58
Total	12,22%	312,39

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	89,99
Complemento Aviso Prévio	0,82%	20,96
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	21,47
Indenização Compensatória	4,01%	102,51
Indenização Adicional	0,52%	13,29
Férias Indenizadas	0,84%	21,47
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	7,16
Total	10,83%	276,85

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	6,65
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	2,30
Total	0,35%	8,95

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	8,95
Incidências Salário Maternidade	0,15%	3,83
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,77
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	229,31
Total	9,50%	242,86

Encargos Sociais	84,86%	2.169,37
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		4.725,79

INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		125,46
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		736,00
Cesta Básica		400,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		13,81
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		7,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Assistência Médico-Hospitalar		248,57
Total dos insumos		1.540,84
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		6.266,63

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	313,33
Lucro Bruto	10,00%	626,66
Total dos demais componentes	15,00%	939,99

Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		7.206,62
--	--	----------

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	394,45
COFINS	3,00%	236,67
PIS	0,65%	51,28
Total de Tributos	8,65%	682,40

Preço Mensal por Empregado		7.889,08
----------------------------	--	----------

ANEXO III DO EDITAL

ORÇAMENTO

MEMÓRIA DE CÁLCULO				
Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado
Calça	75,50	6	2	25,17
Camisa social manga comprida	70,00	6	2	23,33
Sapato	75,00	6	1	12,50
Crachá	7,80	12	1	0,65
Meia	6,60	2	2	6,60
Gravata	36,00	12	2	6,00
Cinto	22,90	24	2	1,91
Terno	295,80	12	2	49,30
TOTAL				125,46

Alimentação	
Valor do ticket	33,50
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	737,00
Participação do empregado	1,00
Participação da empresa	736,00

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	153,39
Participação da empresa	13,81

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 400,00

Assistência Médico-Hospitalar	
Assistência Médico-Hospitalar	R\$ 248,57



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000546/2021
Data Base da Categoria: 1º de Janeiro
Categoria Profissional: Garçom

Remuneração		R\$
Salário- Base		1.357,84
Valor da remuneração		1.357,84

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	271,57
FGTS	8,00%	108,63
SESC	1,50%	20,37
SENAC	1,00%	13,58
SEBRAE	0,60%	8,15
INCRA	0,20%	2,72
SALARIO-EDUCAÇÃO	2,50%	33,95
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	81,47
Total	39,80%	540,44

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	111,89
Auxílio-Doença	2,68%	36,39
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	1,77
Licença Paternidade	0,01%	0,14
Acidente De Trabalho	0,01%	0,14
Faltas Legais	0,76%	10,32
Treinamento	0,33%	4,48
Total	12,16%	165,13

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	37,34
13º Salário	9,33%	126,69
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	1,90
Total	12,22%	165,93

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	47,80
Complemento Aviso Prévio	0,82%	11,13
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	11,41
Indenização Compensatória	4,01%	54,45
Indenização Adicional	0,52%	7,06
Férias Indenizadas	0,84%	11,41
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	3,80
Total	10,83%	147,06

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	3,53
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	1,22
Total	0,35%	4,75

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	4,75
Incidências Salário Maternidade	0,15%	2,04
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,41
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	121,80
Total	9,50%	129,00

Encargos Sociais	84,86%	1.152,31
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		2.510,15

INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		127,02
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		297,00
Cesta Básica		100,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		85,73
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Plano Odontológico		19,90
Total dos insumos		649,65
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		3.159,80

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	157,99
Lucro Bruto	10,00%	331,78
Total dos demais componentes	15,00%	489,77

Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		3.649,57
--	--	----------

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	199,76
COFINS	3,00%	119,86
PIS	0,65%	25,97
Total de Tributos	8,65%	345,59

Preço Mensal por Empregado		3.995,21
----------------------------	--	----------

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça	75,50	6	2	25,17
Camisa social manga comprida	70,00	6	2	23,33
Sapato	75,00	6	1	12,50
Crachá	7,80	24	1	0,33
Meia	6,60	2	2	6,60
Terno	295,80	12	2	49,30
Gravata borboleta	35,80	12	2	5,97
Cinto	22,90	12	2	3,82
TOTAL				127,02

Alimentação	
Valor do ticket	15,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	330,00
Participação do empregado 10%	33,00
Participação da empresa	297,00

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	81,47
Participação da empresa	85,73

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 100,00

Plano Odontológico	
Valor da Plano Odontológico	R\$ 19,90



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000546/2021

Data Base da Categoria: 1º de Janeiro

Categoria Profissional: Recepcionista

Remuneração		R\$
Salário- Base		1.390,62
Valor da remuneração		1.390,62

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	278,12
FGTS	8,00%	111,25
SESC	1,50%	20,86
SENAC	1,00%	13,91
SEBRAE	0,60%	8,34
INCRA	0,20%	2,78
SALARIO-EDUCAÇÃO	2,50%	34,77
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	83,44
Total	39,80%	553,47

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	114,59
Auxílio-Doença	2,68%	37,27
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	1,81
Licença Paternidade	0,01%	0,14
Acidente De Trabalho	0,01%	0,14
Faltas Legais	0,76%	10,57
Treinamento	0,33%	4,59
Total	12,16%	169,11

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	38,24
13º Salário	9,33%	129,74
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	1,95
Total	12,22%	169,93

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	48,95
Complemento Aviso Prévio	0,82%	11,40
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	11,68
Indenização Compensatória	4,01%	55,76
Indenização Adicional	0,52%	7,23
Férias Indenizadas	0,84%	11,68
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	3,89
Total	10,83%	150,59

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	3,62
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	1,25
Total	0,35%	4,87

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	4,87
Incidências Salário Maternidade	0,15%	2,09
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,42
Incidência Grupo “A” S/ Grupo “B” + “C”	8,97%	124,74
Total	9,50%	132,12

Encargos Sociais	84,86%	1.180,09
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		2.570,71

INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		117,23
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		297,00
Cesta Básica		100,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		83,76
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Plano Odontológico		19,90
Total dos insumos		637,89
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		3.208,60

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	160,43
Lucro Bruto	10,00%	336,90
Total dos demais componentes	15,00%	497,33

Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		3.705,93
--	--	----------

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	202,85
COFINS	3,00%	121,71
PIS	0,65%	26,37
Total de Tributos	8,65%	350,93

Preço Mensal por Empregado		4.056,91
----------------------------	--	----------

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça	75,50	6	2	25,17
Camisa social manga comprida	70,00	6	2	23,33
Sapato	75,00	6	1	12,50
Crachá	7,80	24	1	0,33
Meia	6,60	2	2	6,60
Terno feminino	295,80	12	2	49,30
TOTAL				117,23

Alimentação	
Valor do ticket	15,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	330,00
Participação do empregado 10%	33,00
Participação da empresa	297,00

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	83,44
Participação da empresa	83,76

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 100,00

Plano Odontológico	
Valor do Plano Odontológico	R\$ 19,90



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000284/2022

Data Base da Categoria: 1º de Janeiro

Categoria Profissional: Motociclista Entregador

		R\$
Salário- Base		1.503,85
Adicional de Periculosidade	30%	451,16
Valor da remuneração		1.955,01

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	391,00
FGTS	8,00%	156,40
SESC	1,50%	29,33
SENAC	1,00%	19,55
SEBRAE	0,60%	11,73
INCRA	0,20%	3,91
SALARIO-EDUCAÇÃO	2,50%	48,88
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	117,30
Total	39,80%	778,10

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	161,09
Auxílio-Doença	2,68%	52,39
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	2,54
Licença Paternidade	0,01%	0,20
Acidente De Trabalho	0,01%	0,20
Faltas Legais	0,76%	14,86
Treinamento	0,33%	6,45
Total	12,16%	237,73

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	53,76
13º Salário	9,33%	182,40
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	2,74
Total	12,22%	238,90

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	68,82
Complemento Aviso Prévio	0,82%	16,03
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	16,42
Indenização Compensatória	4,01%	78,40
Indenização Adicional	0,52%	10,17
Férias Indenizadas	0,84%	16,42
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	5,47
Total	10,83%	211,73

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	5,08
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	1,76
Total	0,35%	6,84

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	6,84
Incidências Salário Maternidade	0,15%	2,93
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,59
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	175,36
Total	9,50%	185,72

Encargos Sociais	84,86%	1.659,02
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		3.614,03
INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		76,09
Equipamentos		512,10
Combustível		412,00
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		336,60
Cesta Básica		150,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		76,97
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Assistência Médico-Hospitalar		248,57
Total dos insumos		1.822,33
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		5.436,36

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	271,82
Lucro Bruto	10,00%	543,64
Total dos demais componentes	15,00%	815,46
Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		6.251,82

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	342,19
COFINS	3,00%	205,32
PIS	0,65%	44,49
Total de Tributos	8,65%	592,00
Preço Mensal por Empregado		6.843,87

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado
Calça	75,50	6	2	25,17
Camisa social manga comprida	70,00	6	2	23,33
Pasta impermeável		6	2	
Bota de PVC	65,00	6	1	10,83
Capa de PVC	45,00	24	1	1,88
Luva protetora	60,00	12	1	5,00
Capacete	158,00	60	1	2,63
Crachá	7,80	12	1	0,65
Meia	6,60	2	2	6,60
TOTAL				76,09

Alimentação	
Valor do ticket	17,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	374,00
Participação do empregado 10%	37,40
Participação da empresa	336,60

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	90,23
Participação da empresa	76,97

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 150,00

Assistência Médico-Hospitalar	
Assistência Médico-hospitalar	R\$ 248,57

Equipamentos					
Item	Valor Unit.R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal (R\$)	Custo mensal por trabalhador (R\$)
Moto Honda CG NXR 160 BROS 2020 - Tabela FIP	15.726,00	60	5	1310,50	262,1
Manutenção em Geral	750,00	3	5	1250,00	250
Total				2560,50	512,1

Combustível				
Item	Valor litro.R\$	Qte. Litro	Custo mensal (R\$)	
Comb. Mensal (Vlr. 5,15) - Média em 28/09/2022	5,15	80	412,00	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000546/2021
Data Base da Categoria: 1º de Janeiro
Categoria Profissional: Ascensorista

Remuneração		R\$
Salário- Base		1.253,50
Valor da remuneração		1.253,50

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	250,70
FGTS	8,00%	100,28
SESC	1,50%	18,80
SENAC	1,00%	12,54
SEBRAE	0,60%	7,52
INCRA	0,20%	2,51
SALARIO-EDUCAÇÃO	2,50%	31,34
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	75,21
Total	39,80%	498,90

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	103,29
Auxílio-Doença	2,68%	33,59
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	1,63
Licença Paternidade	0,01%	0,13
Acidente De Trabalho	0,01%	0,13
Faltas Legais	0,76%	9,53
Treinamento	0,33%	4,14
Total	12,16%	152,44

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	34,47
13º Salário	9,33%	116,95
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	1,75
Total	12,22%	153,17

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	44,12
Complemento Aviso Prévio	0,82%	10,28
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	10,53
Indenização Compensatória	4,01%	50,27
Indenização Adicional	0,52%	6,52
Férias Indenizadas	0,84%	10,53
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	3,51
Total	10,83%	135,76

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	3,26
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	1,13
Total	0,35%	4,39

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	4,39
Incidências Salário Maternidade	0,15%	1,88
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,38
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	112,44
Total	9,50%	119,09

Encargos Sociais	84,86%	1.063,75
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		2.317,25

INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		117,23
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		297,00
Cesta Básica		100,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		91,99
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Plano Odontológico		19,90
Total dos insumos		646,12
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		2.963,37

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	148,17
Lucro Bruto	10,00%	296,34
Total dos demais componentes	15,00%	444,51

Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		3.407,88
--	--	----------

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	186,53
COFINS	3,00%	111,92
PIS	0,65%	24,25
Total de Tributos	8,65%	322,70

Preço Mensal por Empregado		3.730,63
----------------------------	--	----------

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça	75,50	6	2	25,17
Camisa	70,00	6	2	23,33
Sapato/Tênis	75,00	6	1	12,50
Crachá	7,80	24	1	0,33
Meia	6,60	2	2	6,60
Terno	295,80	12	2	49,30
TOTAL				117,23

Alimentação	
Valor do ticket	15,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	330,00
Participação do empregado 10%	33,00
Participação da empresa	297,00

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	75,21
Participação da empresa	91,99

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 100,00

Plano Odontológico	
Valor da Plano Odontológico	R\$ 19,90



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000546/2021
Data Base da Categoria: 1º de Janeiro
Categoria Profissional: Artífice

Remuneração		R\$
Salário- Base		1.645,25
Valor da remuneração		1.645,25

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	329,05
FGTS	8,00%	131,62
SESC	1,50%	24,68
SENAC	1,00%	16,45
SEBRAE	0,60%	9,87
INCRA	0,20%	3,29
SALARIO-EDUCAÇÃO	2,50%	41,13
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	98,72
Total	39,80%	654,81

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	135,57
Auxílio-Doença	2,68%	44,09
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	2,14
Licença Paternidade	0,01%	0,16
Acidente De Trabalho	0,01%	0,16
Faltas Legais	0,76%	12,50
Treinamento	0,33%	5,43
Total	12,16%	200,05

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	45,24
13º Salário	9,33%	153,50
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	2,30
Total	12,22%	201,04

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	57,91
Complemento Aviso Prévio	0,82%	13,49
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	13,82
Indenização Compensatória	4,01%	65,97
Indenização Adicional	0,52%	8,56
Férias Indenizadas	0,84%	13,82
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	4,61
Total	10,83%	178,18

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	4,28
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	1,48
Total	0,35%	5,76

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	5,76
Incidências Salário Maternidade	0,15%	2,47
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,49
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	147,58
Total	9,50%	156,30

Encargos Sociais	84,86%	1.396,14
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		3.041,39

INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		106,82
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		297,00
Cesta Básica		100,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		68,48
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Plano Odontológico		19,90
Ferramentas		126,29
Total dos insumos		738,49
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		3.779,88

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	188,99
Lucro Bruto	10,00%	377,99
Total dos demais componentes	15,00%	566,98

Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		4.346,86
--	--	----------

TRIBUTOS		
	Percentual	R\$
	ISSQN 5%	237,93
	COFINS 3,00%	142,76
	PIS 0,65%	30,93
Total de Tributos	8,65%	411,62

Preço Mensal por Empregado		4.758,53
----------------------------	--	----------

MEMÓRIA DE CÁLCULO				
Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado
Calça	75,50	6	2	25,17
Camisa	50,00	6	2	16,67
Crachá	7,80	24	1	0,33
Meia	6,60	2	2	6,60
Luva vaqueta	88,00	24	1	3,67
Botina	65,00	12	1	5,42
Luva de alta tensão	810,00	24	1	33,75
Capacete	55,00	12	1	4,58
Cinto de Segurança tipo alpinista	255,00	24	1	10,63
TOTAL				106,82

Alimentação	
Valor do ticket	15,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	330,00
Participação do empregado 10%	33,00
Participação da empresa	297,00

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	98,72
Participação da empresa	68,48

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 100,00

Plano Odontológico	
Valor da Plano Odontológico	R\$ 19,90

Ferramentas					
Item	Valor Unit.R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal (R\$)	Custo mensal por empregado (R\$)
Alicate de pressão 10"	70,77	24	4	R\$ 11,80	R\$ 2,95
Alicate universal 8"	66,18	24	4	R\$ 11,03	R\$ 2,76
Arco de serra 12"	41,29	24	4	R\$ 6,88	R\$ 1,72
Caixa para ferramentas grande	220	24	4	R\$ 36,67	R\$ 9,17
Chave inglesa nº 08	43,18	36	4	R\$ 4,80	R\$ 1,20
Colher de pedreiro	24,97	24	4	R\$ 4,16	R\$ 1,04
Escada com 9 degraus	712,25	24	2	R\$ 59,35	R\$ 14,84
Espátula de aço	16,68	36	4	R\$ 1,85	R\$ 0,46
Esquadro de alumínio	9,09	24	4	R\$ 1,52	R\$ 0,38
Extensão de fio elétrico – 10m	52,22	36	2	R\$ 2,90	R\$ 0,73
Formão chanfrado ½'	23,9	36	4	R\$ 2,66	R\$ 0,67
Furadeira de impacto	328,95	24	2	R\$ 27,41	R\$ 6,85
Jogo chave de fenda 5pç	39,12	12	4	R\$ 13,04	R\$ 3,26
Jogo de brocas para concreto S6/ S8/S10/S12	71,5	12	2	R\$ 11,92	R\$ 2,98
Jogo de brocas para ferro S6/	53,78	12	2	R\$ 8,96	R\$ 2,24
Jogo de serra copo	250	12	2	R\$ 41,67	R\$ 10,42
Jogo de tarraxa 1.1/4 a 2" PVC	433	36	1	R\$ 12,03	R\$ 3,01
Lâmina para arco de serra	10,53	12	16	R\$ 14,04	R\$ 3,51
Marreta de ½ kg	207	36	2	R\$ 11,50	R\$ 2,88
Martelo 27 mm unha	55,8	36	4	R\$ 6,20	R\$ 1,55
Pá de bico com cabo	40,4	36	2	R\$ 2,24	R\$ 0,56
Plaina nº 2	540	24	2	R\$ 45,00	R\$ 11,25
Prego tamanho 2 ½ x10 – 10kg	18,79	12	2	R\$ 3,13	R\$ 0,78
Prumo para pedreiro	42,26	12	4	R\$ 14,09	R\$ 3,52
Rebitadeira	50,5	24	4	R\$ 8,42	R\$ 2,11
Talhadeira 10"	36,58	24	3	R\$ 4,57	R\$ 1,14
Torquês carpinteiro	62,2	36	4	R\$ 6,91	R\$ 1,73
Trena 5m	24,47	24	4	R\$ 4,08	R\$ 1,02
Jogo ponteira canhão 8/10/11/12/13	111	12	1	R\$ 9,25	R\$ 2,31
Jogo ponteira philips gedore ou similar	75	12	1	R\$ 6,25	R\$ 1,56
Disco corte ferro	3,9	12	10	R\$ 3,25	R\$ 0,81
Disco corte de madeira	12,3	12	10	R\$ 10,25	R\$ 2,56
Jogo de chave hallen polegadas	46,44	24	1	R\$ 1,94	R\$ 0,49
Jogo chave hallen mm	46,44	24	1	R\$ 1,94	R\$ 0,49
Estilete	15,39	12	4	R\$ 5,13	R\$ 1,28
Jogo chave Torx	77,46	24	1	R\$ 3,23	R\$ 0,81
Chave grifo	43,18	24	2	R\$ 3,60	R\$ 0,90
lubrificante w40 ou similar 300ml	28,7	12	5	R\$ 11,96	R\$ 2,99
Lanterna led	54,05	24	2	R\$ 4,50	R\$ 1,13
Alicate de bico 4	45,17	24	4	R\$ 7,53	R\$ 1,88
alciate de corte gedore ou similar	31,59	24	4	R\$ 5,27	R\$ 1,32
Aplicador de silicone	45	24	2	R\$ 3,75	R\$ 0,94
jogo de soquete 8mm a 32mm	305	24	1	R\$ 12,71	R\$ 3,18
Parfussadeira	427,75	24	2	R\$ 35,65	R\$ 8,91
TOTAL				R\$ 505,04	R\$ 126,29



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000546/2021
Data Base da Categoria: 1º de Janeiro
Categoria Profissional: Eletricista de Alta Tensão

		R\$
Salário- Base		2.533,75
Adicional de Periculosidade	30%	760,13
Valor da remuneração		3.293,88

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	658,78
FGTS	8,00%	263,51
SESC	1,50%	49,41
SENAC	1,00%	32,94
SEBRAE	0,60%	19,76
INCRA	0,20%	6,59
SALARIO-EDUCAÇÃO	2,50%	82,35
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	197,63
Total	39,80%	1.310,97

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	271,42
Auxílio-Doença	2,68%	88,28
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	4,28
Licença Paternidade	0,01%	0,33
Acidente De Trabalho	0,01%	0,33
Faltas Legais	0,76%	25,03
Treinamento	0,33%	10,87
Total	12,16%	400,54

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	90,58
13º Salário	9,33%	307,32
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	4,61
Total	12,22%	402,51

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	115,94
Complemento Aviso Prévio	0,82%	27,01
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	27,67
Indenização Compensatória	4,01%	132,08
Indenização Adicional	0,52%	17,13
Férias Indenizadas	0,84%	27,67
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	9,22
Total	10,83%	356,72

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	8,56
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	2,96
Total	0,35%	11,52

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	11,53
Incidências Salário Maternidade	0,15%	4,94
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,99
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	295,46
Total	9,50%	312,92

Encargos Sociais	84,86%	2.795,18
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		6.089,06
INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		117,79
Ferramentas e Equipamentos		323,35
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		297,00
Cesta Básica		100,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		15,17
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Plano Odontológico		19,90
Total dos insumos		893,21
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		6.982,27

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	349,11
Lucro Bruto	10,00%	698,23
Total dos demais componentes	15,00%	1.047,34
Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		8.029,61

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	439,50
COFINS	3,00%	263,70
PIS	0,65%	57,14
Total de Tributos	8,65%	760,34
Preço Mensal por Empregado		8.790,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado
Calça	75,50	6	2	25,17
Camisa	50,00	6	2	16,67
Crachá	7,80	24	1	0,33
Meia	6,60	2	2	6,60
Botina	78,00	6	1	13,00
Luva isolante de borracha Classe 1 – 10 kv	800,51	36	1	22,24
Cinto de Segurança	226,75	24	2	18,90
Óculos de proteção	22,25	2	1	11,13
Capacete	45,00	12	1	3,75
TOTAL				117,79

Alimentação	
Valor do ticket	15,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	330,00
Participação do empregado 10%	33,00
Participação da empresa	297,00

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	152,03
Participação da empresa	15,17

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 100,00

Plano Odontológico	
Valor da Plano Odontológico	R\$ 19,90

Ferramentas				
Item	Valor Unit.R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal (R\$)
Alicate amperímetro digital	726,81	36	2	40,38
Luva de Cobertura	26,98	36	2	1,50
Capacete de Segurança Aba Total	49,52	36	2	2,75
Talabarte de Posicionamento	224,52	36	2	12,47
Corda Trava queda 12 mm com 20m	130	24	2	10,83
Trava queda	80	36	2	4,44
Mosquetão de alumínio	42	36	8	9,33
Macacão com tratamento anti-chama	288,45	12	2	48,08
Jogo Chave de fenda	39,12	12	1	3,26
Jogo Chave Philips	39,12	12	1	3,26
Alicate corte diagonal 6"	93,18	24	2	7,77
Alicate de Pressão	49,5	24	2	4,13
Alicate de bico chato 6"	45	24	2	3,75
Alicate desencapador "	94,52	24	2	7,88
Alicate universal 8"	68,27	24	2	5,69
Arco de serra	18,51	12	2	3,09
Caixa de ferramenta grande	220	24	2	18,33
Arrebitadeira pequena	50,5	24	2	4,21
Escada de fibra de vidro 2,40 m extensível/abrir	439,19	24	1	18,30
Lâminas para arco de serra	10,53	12	2	1,76
Parafusadeira recarregável	427,75	24	2	35,65
Furadeira elétrica	328,95	24	1	13,71
Guia puxa fio	20,3	12	2	3,38
Lanterna	43,19	24	2	3,60
Broca S6	18	12	10	15,00
Broca S8	20	12	10	16,67
Broca S10	25	12	5	10,42
Broca S12	28	12	5	11,67
Trena - 5m	24,47	24	2	2,04
TOTAL				323,35



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000546/2021

Data Base da Categoria: 1º de Janeiro

Categoria Profissional: Copeiro

Remuneração		R\$
Salário- Base		1.246,00
Valor da remuneração		1.246,00

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	249,20
FGTS	8,00%	99,68
SESC	1,50%	18,69
SENAC	1,00%	12,46
SEBRAE	0,60%	7,48
INCRA	0,20%	2,49
SALARIO-EDUCAÇÃO	2,50%	31,15
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	74,76
Total	39,80%	495,91

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	102,67
Auxílio-Doença	2,68%	33,39
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	1,62
Licença Paternidade	0,01%	0,12
Acidente De Trabalho	0,01%	0,12
Faltas Legais	0,76%	9,47
Treinamento	0,33%	4,11
Total	12,16%	151,50

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	34,27
13º Salário	9,33%	116,25
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	1,74
Total	12,22%	152,26

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	43,86
Complemento Aviso Prévio	0,82%	10,22
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	10,47
Indenização Compensatória	4,01%	49,96
Indenização Adicional	0,52%	6,48
Férias Indenizadas	0,84%	10,47
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	3,49
Total	10,83%	134,95

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	3,24
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	1,12
Total	0,35%	4,36

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	4,36
Incidências Salário Maternidade	0,15%	1,87
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,37
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	111,77
Total	9,50%	118,37

Encargos Sociais	84,86%	1.057,35
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		2.303,35

INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		90,93
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		297,00
Cesta Básica		100,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		92,44
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Plano Odontológico		19,90
Total dos insumos		620,27
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		2.923,62

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	146,18
Lucro Bruto	10,00%	306,98
Total dos demais componentes	15,00%	453,16

Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		3.376,78
--	--	----------

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	184,83
COFINS	3,00%	110,90
PIS	0,65%	24,03
Total de Tributos	8,65%	319,76

Preço Mensal por Empregado		3.696,59
----------------------------	--	----------

Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça	75,50	6	2	25,17
Camisa	70,00	6	2	23,33
Sapato	75,00	6	1	12,50
Crachá	7,80	24	1	0,33
Meia	6,60	2	2	6,60
Luva de PVC	46,00	2	1	23,00
TOTAL				90,93

Alimentação	
Valor do ticket	15,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	330,00
Participação do empregado 10%	33,00
Participação da empresa	297,00

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	74,76
Participação da empresa	92,44

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 100,00

Plano Odontológico	
Valor do Plano Odontológico	R\$ 19,90



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000546/2021

Data Base da Categoria: 1º de Janeiro

Categoria Profissional: Sonoplasta

Remuneração		R\$
Salário- Base		2.190,58
Adicional de Periculosidade	30%	657,17
Valor da remuneração		2.847,75

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	569,55
FGTS	8,00%	227,82
SESC	1,50%	42,72
SENAC	1,00%	28,48
SEBRAE	0,60%	17,09
INCRA	0,20%	5,70
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2,50%	71,19
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	170,87
Total	39,80%	1.133,42

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	234,65
Auxílio-Doença	2,68%	76,32
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	3,70
Licença Paternidade	0,01%	0,28
Acidente De Trabalho	0,01%	0,28
Faltas Legais	0,76%	21,64
Treinamento	0,33%	9,40
Total	12,16%	346,27

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	78,31
13º Salário	9,33%	265,70
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	3,99
Total	12,22%	348,00

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	100,24
Complemento Aviso Prévio	0,82%	23,35
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	23,92
Indenização Compensatória	4,01%	114,19
Indenização Adicional	0,52%	14,81
Férias Indenizadas	0,84%	23,92
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	7,97
Total	10,83%	308,40

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	7,40
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	2,56
Total	0,35%	9,96

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	9,97
Incidências Salário Maternidade	0,15%	4,27
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,85
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	255,44
Total	9,50%	270,53

Encargos Sociais	84,86%	2.416,58
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		5.264,33

INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		61,27
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		297,00
Cesta Básica		100,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		35,77
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Plano Odontológico		19,90
Total dos insumos		533,94
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		5.798,27

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	289,91
Lucro Bruto	10,00%	579,83
Total dos demais componentes	15,00%	869,74

Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		6.668,01
--	--	----------

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	364,97
COFINS	3,00%	218,98
PIS	0,65%	47,45
Total de Tributos	8,65%	631,40

Preço Mensal por Empregado		7.299,47
----------------------------	--	----------

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado
Calça	75,50	6	2	25,17
Camisa social	50,00	6	2	16,67
Sapato	75,00	6	1	12,50
Crachá	7,80	24	1	0,33
Meia	6,60	2	2	6,60
TOTAL				61,27

Alimentação	
Valor do ticket	15,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	330,00
Participação do empregado 10%	33,00
Participação da empresa	297,00

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	131,43
Participação da empresa	35,77

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 100,00

Plano Odontológico	
Valor da Plano Odontológico	R\$ 19,90



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000546/2021

Data Base da Categoria: 1º de Janeiro

Categoria Profissional: Assistente Administrativo

Remuneração		R\$
Salário- Base		1.560,16
Valor da remuneração		1.560,16

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	312,03
FGTS	8,00%	124,81
SESC	1,50%	23,40
SENAC	1,00%	15,60
SEBRAE	0,60%	9,36
INCRA	0,20%	3,12
SALARIO-EDUCAÇÃO	2,50%	39,00
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	93,61
Total	39,80%	620,93

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	128,56
Auxílio-Doença	2,68%	41,81
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	2,03
Licença Paternidade	0,01%	0,16
Acidente De Trabalho	0,01%	0,16
Faltas Legais	0,76%	11,86
Treinamento	0,33%	5,15
Total	12,16%	189,73

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	42,90
13º Salário	9,33%	145,56
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	2,18
Total	12,22%	190,64

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	54,92
Complemento Aviso Prévio	0,82%	12,79
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	13,11
Indenização Compensatória	4,01%	62,56
Indenização Adicional	0,52%	8,11
Férias Indenizadas	0,84%	13,11
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	4,37
Total	10,83%	168,97

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	4,06
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	1,40
Total	0,35%	5,46

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	5,46
Incidências Salário Maternidade	0,15%	2,34
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,47
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	139,95
Total	9,50%	148,22

Encargos Sociais	84,86%	1.323,95
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		2.884,11

INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		67,93
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		297,00
Cesta Básica		100,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		73,59
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Plano Odontológico		19,90
Total dos insumos		578,42
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		3.462,53

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	173,13
Lucro Bruto	10,00%	363,57
Total dos demais componentes	15,00%	536,70

Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		3.999,23
--	--	----------

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	218,90
COFINS	3,00%	131,34
PIS	0,65%	28,46
Total de Tributos	8,65%	378,70

Preço Mensal por Empregado		4.377,98
----------------------------	--	----------

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado (R\$)
Calça	75,50	6	2	25,17
Camisa social manga comprida	70,00	6	2	23,33
Sapato	75,00	6	1	12,50
Crachá	7,80	24	1	0,33
Meia	6,60	2	2	6,60
TOTAL				67,93

Alimentação	
Valor do ticket	15,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	330,00
Participação do empregado 10%	33,00
Participação da empresa	297,00

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	93,61
Participação da empresa	73,59

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 100,00

Plano Odontológico	
Valor da Plano Odontológico	R\$ 19,90



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000264/2022

Data Base da Categoria: 1º de Maio

Categoria Profissional: Auxiliar de Saúde Bucal

		R\$
Salário- Base		1.285,00
Adicional de Periculosidade	40%	514,00
Valor da remuneração		1.799,00

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	359,80
FGTS	8,00%	143,92
SESC	1,50%	26,99
SENAC	1,00%	17,99
SEBRAE	0,60%	10,79
INCRA	0,20%	3,60
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2,50%	44,98
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	107,94
Total	39,80%	716,01

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	148,24
Auxílio-Doença	2,68%	48,21
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	2,34
Licença Paternidade	0,01%	0,18
Acidente De Trabalho	0,01%	0,18
Faltas Legais	0,76%	13,67
Treinamento	0,33%	5,94
Total	12,16%	218,76

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	49,47
13º Salário	9,33%	167,85
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	2,52
Total	12,22%	219,84

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	63,32
Complemento Aviso Prévio	0,82%	14,75
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	15,11
Indenização Compensatória	4,01%	72,14
Indenização Adicional	0,52%	9,35
Férias Indenizadas	0,84%	15,11
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	5,04
Total	10,83%	194,82

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	4,68
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	1,62
Total	0,35%	6,30

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	6,30
Incidências Salário Maternidade	0,15%	2,70
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,54
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	161,37
Total	9,50%	170,91

Encargos Sociais	84,86%	1.526,64
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		3.325,64

INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		121,63
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		384,91
Cesta Básica		100,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		90,10
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Assistência Médico-Hospitalar		248,57
Total dos insumos		965,21
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		4.290,85

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	214,54
Lucro Bruto	10,00%	429,09
Total dos demais componentes	15,00%	643,63
Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		4.934,48

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	270,09
COFINS	3,00%	162,05
PIS	0,65%	35,11
Total de Tributos	8,65%	467,25
Preço Mensal por Empregado		5.401,79

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado
Calça	75,50	6	2	25,17
Blusa	70,00	6	2	23,33
Sapato	75,00	6	1	12,50
Luva Nitrílica	9,52	2	1	4,76
Crachá	7,80	24	1	0,33
Meia	22,30	2	2	22,30
Jaleco	90,00	12	2	15,00
TOTAL				121,63

Alimentação	
Valor do ticket	18,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	396,00
Participação do empregado 2,8%	11,09
Participação da empresa	384,91

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	77,10
Participação da empresa	90,10

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 100,00

Assistência Médico-Hospitalar	
Assistência Médico-Hospitalar	R\$ 248,57



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
Convenção Coletiva de Trabalho - AM000546/2021

Data Base da Categoria: 1º de Janeiro

Categoria Profissional: Técnico de Enfermagem

Remuneração		R\$
Salário- Base		1.588,02
Adicional de Insalubridade	20%	317,60
Valor da remuneração		1.905,62

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	381,12
FGTS	8,00%	152,45
SESC	1,50%	28,58
SENAC	1,00%	19,06
SEBRAE	0,60%	11,43
INCRA	0,20%	3,81
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2,50%	47,64
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	114,34
Total	39,80%	758,43

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	157,02
Auxílio-Doença	2,68%	51,07
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	2,48
Licença Paternidade	0,01%	0,19
Acidente De Trabalho	0,01%	0,19
Faltas Legais	0,76%	14,48
Treinamento	0,33%	6,29
Total	12,16%	231,72

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	52,40
13º Salário	9,33%	177,79
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	2,67
Total	12,22%	232,86

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	67,08
Complemento Aviso Prévio	0,82%	15,63
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	16,01
Indenização Compensatória	4,01%	76,42
Indenização Adicional	0,52%	9,91
Férias Indenizadas	0,84%	16,01
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	5,34
Total	10,83%	206,40

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	4,95
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	1,72
Total	0,35%	6,67

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	6,67
Incidências Salário Maternidade	0,15%	2,86
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	0,57
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	170,93
Total	9,50%	181,03

Encargos Sociais	84,86%	1.617,11
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		3.522,73

INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		103,39
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		297,00
Cesta Básica		100,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		71,92
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Plano Odontológico		19,90
Total dos insumos		612,21
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		4.134,94

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	206,75
Lucro Bruto	10,00%	413,49
Total dos demais componentes	15,00%	620,24

Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		4.755,18
--	--	----------

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	260,28
COFINS	3,00%	156,17
PIS	0,65%	33,84
Total de Tributos	8,65%	450,29

Preço Mensal por Empregado		5.205,51
----------------------------	--	----------

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado
Calça	75,50	6	2	25,17
Blusa	70,00	6	2	23,33
Sapato	75,00	6	1	12,50
Luva Nitrílica	9,52	2	1	4,76
Crachá	7,80	24	1	0,33
Meia	22,30	2	2	22,30
Jaleco	90,00	12	2	15,00
TOTAL				103,39

Alimentação	
Valor do ticket	15,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	330,00
Participação do empregado 10%	33,00
Participação da empresa	297,00

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	95,28
Participação da empresa	71,92

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 100,00

Plano Odontológico	
Valor da Plano Odontológico	R\$ 19,90



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO

Convenção Coletiva de Trabalho - AM000546/2021

Data Base da Categoria: 1º de Janeiro

Categoria Profissional: Apontador Geral

Remuneração		R\$
Salário- Base		3.421,94
Adicional de Periculosidade	30%	1.026,58
Valor da remuneração		4.448,52

ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo "A"	%	R\$
INSS	20,00%	889,70
FGTS	8,00%	355,88
SESC	1,50%	66,73
SENAC	1,00%	44,49
SEBRAE	0,60%	26,69
INCRA	0,20%	8,90
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2,50%	111,21
RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO x FAP	6,00%	266,91
Total	39,80%	1.770,51

Grupo "B" - Custos de Reposição	%	R\$
Férias Gozadas	8,24%	366,56
Auxílio-Doença	2,68%	119,22
Afastamentos Mais De 15 Dias	0,13%	5,78
Licença Paternidade	0,01%	0,44
Acidente De Trabalho	0,01%	0,44
Faltas Legais	0,76%	33,81
Treinamento	0,33%	14,68
Total	12,16%	540,93

Grupo "C" - Das Verbas Indenizatórias	%	R\$
1/3 Constitucionais De Férias	2,75%	122,33
13º Salário	9,33%	415,05
Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	6,23
Total	12,22%	543,61

Grupo "D" - Verbas Rescisórias	%	R\$
Aviso Prévio Indenizado	3,52%	156,59
Complemento Aviso Prévio	0,82%	36,48
Reflexos 13º Sal. e Férias	0,84%	37,37
Indenização Compensatória	4,01%	178,39
Indenização Adicional	0,52%	23,13
Férias Indenizadas	0,84%	37,37
Adicional De Férias Indenizadas	0,28%	12,46
Total	10,83%	481,79

Grupo "E"	%	R\$
Abono Pecuniário	0,26%	11,57
1/3 Const. Abono Pecuniário	0,09%	4,00
Total	0,35%	15,57

Grupo "F"	%	R\$
FGTS S/ Aviso Prévio Indenizado	0,35%	15,57
Incidências Salário Maternidade	0,15%	6,67
FGTS 1/12 13º Salário Indenizado	0,03%	1,33
Incidência Grupo "A" S/ Grupo "B" + "C"	8,97%	399,03
Total	9,50%	422,60

Encargos Sociais	84,86%	3.775,01
Valor da mão-de-obra (Remun + Enc.Soc)		8.223,53
INSUMOS		R\$
Uniforme / EPI		142,50
Ferramentas e Equipamentos		323,35
Alimentação (com participação de 10% do empregado)		297,00
Cesta Básica		100,00
Transporte (participação do empregado - 6% sal. base)		(38,12)
Assistência social e familiar (conf. Convenção Coletiva)		10,00
Programa de Qualificação Profissional		10,00
Plano Odontológico		19,90
Total dos insumos		864,63
Valor da mão-de-obra (Remun+Enc.+Insumos)		9.088,16

DEMAIS COMPONENTES	%	R\$
Despesas Administrativas	5,0000%	454,41
Lucro Bruto	10,00%	908,82
Total dos demais componentes	15,00%	1.363,23
Valor Mão de Obra + Enc+Insumos + Demais Comp.		10.451,39

TRIBUTOS	Percentual	R\$
ISSQN	5%	572,06
COFINS	3,00%	343,23
PIS	0,65%	74,37
Total de Tributos	8,65%	989,66
Preço Mensal por Empregado		11.441,10

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Fardamento /EPI				
Item	Valor Unit. R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal por empregado
Calça	75,50	6	2	25,17
Camisa	50,00	6	2	16,67
Crachá	7,80	24	1	0,33
Meia	6,60	2	2	6,60
Boné	22,30	9	1	2,48
Botina	78,00	6	1	13,00
Luva isolante de borracha Classe 1 – 10 kv	800,51	36	2	44,47
Cinto de Segurança	226,75	24	2	18,90
Óculos de proteção	22,25	2	1	11,13
Capacete	45,00	12	1	3,75
TOTAL				142,50

Alimentação	
Valor do ticket	15,00
Qde. Ticket/mês	22,00
Valor Total	330,00
Participação do empregado 10%	33,00
Participação da empresa	297,00

Transporte	
Valor da passagem	3,80
Nº passagens/ dia	2,00
Nº de dias trabalhados/mês	22,00
Valor total das passagens	167,20
Participação do empregado 6%	205,32
Participação da empresa	(38,12)

Cesta Básica	
Valor da Cesta básica	R\$ 100,00

Plano Odontológico	
Valor da Plano Odontológico	R\$ 19,90

Ferramentas				
Item	Valor Unit.R\$	Vida útil (meses)	Qde.	Custo mensal (R\$)
Alicate amperímetro digital	726,81	36	2	40,38
Luva de Cobertura	26,98	36	2	1,50
Capacete de Segurança Aba Total	49,52	36	2	2,75
Talabarte de Posicionamento	224,52	36	2	12,47
Corda Trava queda 12 mm com 20m	130	24	2	10,83
Trava queda	80	36	2	4,44
Mosquetão de alumínio	42	36	8	9,33
Macacão com tratamento anti-chama	288,45	12	2	48,08
Jogo Chave de fenda	39,12	12	1	3,26
Jogo Chave Philips	39,12	12	1	3,26
Alicate corte diagonal 6"	93,18	24	2	7,77
Alicate de Pressão	49,5	24	2	4,13
Alicate de bico chato 6"	45	24	2	3,75
Alicate desencapador "	94,52	24	2	7,88
Alicate universal 8"	68,27	24	2	5,69
Arco de serra	18,51	12	2	3,09
Caixa de ferramenta grande	220	24	2	18,33
Arrebitadeira pequena	50,5	24	2	4,21
Escada de fibra de vidro 2,40 m extensível/abrir	439,19	24	1	18,30
Lâminas para arco de serra	10,53	12	2	1,76
Parafusadeira recarregável	427,75	24	2	35,65
Furadeira elétrica	328,95	24	1	13,71
Guia puxa fio	20,3	12	2	3,38
Lanterna	43,19	24	2	3,60
Broca S6	18	12	10	15,00
Broca S8	20	12	10	16,67
Broca S10	25	12	5	10,42
Broca S12	28	12	5	11,67
Trena - 5m	24,47	24	2	2,04
TOTAL				323,35



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM
REGIME DE TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO
RESUMO

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	QTD. (mês)	Valor unitário	Valor mensal	Valor anual
1	Motorista de Carro Pesado	8	R\$ 7.889,08	R\$ 63.112,64	R\$ 757.351,68
2	Garçom	6	R\$ 3.995,21	R\$ 23.971,26	R\$ 287.655,12
3	Recepcionista	6	R\$ 4.056,91	R\$ 24.341,46	R\$ 292.097,52
4	Motociclista Entregador	5	R\$ 6.843,87	R\$ 34.219,35	R\$ 410.632,20
5	Ascensorista	3	R\$ 3.730,63	R\$ 11.191,89	R\$ 134.302,68
6	Artífice	4	R\$ 4.758,53	R\$ 19.034,12	R\$ 228.409,44
7	Eletricista de Alta Tensão	1	R\$ 8.790,00	R\$ 8.790,00	R\$ 105.480,00
8	Copeiro	2	R\$ 3.696,59	R\$ 7.393,18	R\$ 88.718,16
9	Sonoplasta	1	R\$ 7.299,47	R\$ 7.299,47	R\$ 87.593,64
10	Assistente Administrativo	9	R\$ 4.377,98	R\$ 39.401,82	R\$ 472.821,84
11	Auxiliar de Saúde Bucal	3	R\$ 5.401,79	R\$ 16.205,37	R\$ 194.464,44
12	Técnico de Enfermagem	1	R\$ 5.205,51	R\$ 5.205,51	R\$ 62.466,12
13	Apontador Geral	1	R\$ 11.441,10	R\$ 11.441,10	R\$ 137.293,20
QUANTIDADE TOTAL		50	R\$ 77.486,67	R\$ 271.607,17	R\$ 3.259.286,04